

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LV

FLORIANÓPOLIS, 02 DE FEVEREIRO DE 2006

NÚMERO 5.543

15ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Herneus de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE
Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE
Lício Mauro da Silveira
1º SECRETÁRIO
Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO
Valmir Comin
3º SECRETÁRIO
José Paulo Serafim
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Celestino Secco
**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota
**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**

Líder: Antônio Ceron
PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Paulo Eccel
**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Clésio Salvaro
**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto
PARTIDO LIBERAL

Líder: Odete de Jesus
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi
**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Afrânio Bopp
**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**

Líder: Nilson Nelson Machado
**PARTIDO SOCIALISTA
BRASILEIRO**
Líder: Sérgio Godinho

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Jorginho Mello – Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
Onofre Santo Agostini
Sérgio Godinho
Romildo Titon
Joares Ponticelli
Vânio dos Santos
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Rogério Mendonça – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Narcizo Parisotto
Nelson Goetten
Jorginho Mello
Vânio dos Santos
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Francisco de Assis – Presidente
Celestino Secco – Vice Presidente
José Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Gelson Sorgato
Narcizo Parisotto
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Reno Caramori – Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Gelson Sorgato
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto
Gelson Merísio
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Vânio dos Santos – Presidente
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente
Sérgio Godinho
José Carlos Vieira
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Wilson Vieira – Dentinho – Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Odete de Jesus
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dionei Walter da Silva – Presidente
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Manoel Mota
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Antônio Carlos Vieira
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Gelson Merísio – Presidente
Paulo Eccel – Vice Presidente
Joares Ponticelli
Genésio Goulart
Vânio dos Santos
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Sérgio Godinho – Presidente
Ana Paula Lima – Vice Presidente
Jorginho Mello
Nelson Goetten
Francisco de Assis
Reno Caramori
Simone Schramm
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Onofre Santo Agostini – Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Clésio Salvaro
Odete de Jesus
Genésio Goulart
Ana Paula Lima
Dionei Walter da Silva
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Ana Paula Lima – Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Cesar Souza
Simone Schramm
Reno Caramori
Francisco de Assis
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Romildo Titon – Presidente
Ana Paula Lima Vice Presidente
Paulo Eccel
Antônio Ceron
Celestino Secco
Odete de Jesus
Simone Schramm
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Antônio Carlos Vieira – Presidente
Francisco de Assis - Vice Presidente
Gelson Merísio
Romildo Titon
Vânio dos Santos
Clésio Salvaro
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Clésio Salvaro – Presidente
Francisco de Assis– Vice Presidente
Celestino Secco
Antônio Ceron
Wilson Vieira – Dentinho
Cesar Souza
Joares Ponticelli
Narcizo Parisotto
João Henrique Blasi
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Diretora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1768
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 007ª Sessão
Extraordinária da 15ª realizada
em 31/01/20062
Ata da 008ª Sessão
Extraordinária da 15ª realizada
em 31/01/200610
Ata da 009ª Sessão
Extraordinária da 15ª realizada
em 31/01/200610

Publicações Diversas

Extrato16
Mensagens Governamentais
.....16
Ofício16
Portarias16
Projetos de Lei17
Projeto de Lei Complementar
.....20

PLENÁRIO

ATA DA 007ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 2006 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Serafim - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Registra a presença do vereador Dionísio Massaneiro, de Rio do Sul.

DEPUTADO PAULO ECCEL - Manifesta-se acerca do novo plano de saúde dos servidores do estado de Santa Catarina, que teria alijado os ex-combatentes; reporta-se à utilização de propaganda política nos concursos públicos estaduais.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Informa que apresentou projeto de lei incluindo os ex-combatentes no plano de saúde dos servidores de Santa Catarina.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Tece considerações acerca de excessos que estariam sendo cometidos pela Polícia.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Defende a Polícia de Santa Catarina, como a melhor do Brasil.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Discorre sobre a necessidade de implantação de mais uma universidade federal em Santa Catarina.

DEPUTADO PAULO ECCEL (aparte) - Comenta que a UFSC, em 2006, iniciará um processo de descentralização, com a implantação de dois novos pólos.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Enfatiza a necessidade do extremo oeste do estado ser contemplado com uma universidade federal.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Presta contas da viagem à Venezuela para participar do VI Fórum Social Mundial.

Partidos Políticos

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Registra

a presença do comendador Cídio Sandri e dos representantes do Sindmosc, Murilo dos Santos e José Gonzaga dos Santos.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Comenta a entrevista concedida pelo governador e publicada na coluna do articulista político Fabian Lemos, do *Diário Catarinense*, que tem como título *Eu não me iludo com o Ibope*.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Comenta a entrevista do governador ao jornalista Vânio Bossle.

DEPUTADO PAULO ECCEL (aparte) - Agradece a solidariedade ao seu projeto que trata da tarifa básica de telefonia fixa e critica o governador Luiz Henrique; aborda o Fundo Social.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Tece críticas ao governo em função de sua entrevista à TVBV.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Tece comentários sobre a legislação do Paraná que isenta de ICMS os produtos da cesta básica.

DEPUTADO ANTÔNIO CERON (aparte) - Posiciona-se acerca da necessidade de tomar providências quanto à legislação paranaense que isenta do ICMS os produtos da cesta básica.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Discorre sobre a difícil situação por que passam os agricultores do meio-oeste catarinense e os problemas que enfrentam junto ao ministério do Trabalho.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Manifesta sua solidariedade aos agricultores catarinenses, que enfrentam problemas junto ao ministério do Trabalho.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Defende políticas públicas mais justas para o produtor rural.

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Aborda a necessidade da redução do ICMS sobre os produtos catarinenses de cerâmica de revestimento; comenta o falecimento de José Henrique Mezzari.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Solidariza-se com a mensagem de pesar pelo falecimento de José Henrique Mezzari.

Ordem do Dia

DEPUTADO CELESTINO SECCO (pela ordem) - Encaminha votação do PLC nº 0018/2006 e pede que seja verificada incorreção nos autos do projeto em questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Gostaria, com muito prazer e muita alegria, sr. presidente e srs. deputados, de registrar a presença do grande vereador de Rio do Sul, sr. Dionísio Massaneiro, o famoso Dio, do nosso partido, que faz um trabalho extraordinário nos movimentos sociais daquele município.

É com alegria que registro a presença do sr. Dionísio Massaneiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência registra também com prazer a visita do vereador da região que o deputado Onofre Santo Agostini tão bem representa na Assembléia Legislativa.

Inscrito para falar o sr. deputado Paulo Eccel, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, servidores que nos acompanham, cidadãos e imprensa, o nosso cordial boa-tarde e o desejo de uma boa semana de sessões.

No dia de ontem, sr. presidente, tomamos conhecimento - e hoje os jornais estaduais noticiam - que foi feito o lançamento oficial do novo plano de saúde dos servidores públicos catarinenses, que aprovamos no ano passado, diante da precariedade do sistema antigo e da necessidade de termos um plano de saúde que, efetivamente, pudesse atender os interesses dos servidores públicos de Santa Catarina.

Nós sabemos que qualquer um de nós fica extremamente abalado emocionalmente quando está com problemas de saúde e, certamente, nosso estado de ânimo fica ainda mais abalado quando nós não temos uma alternativa de atendimento à saúde.

No caso específico do plano de saúde estadual, o projeto foi discutido em audiências públicas no Parlamento catarinense e, para nossa alegria, a partir de amanhã, ele vigorará atendendo todos aqueles que eram usuários ou beneficiários do plano antigo.

Isso estava na lei que aprovamos no ano passado. Essa foi a votação e, certamente, esse projeto teve votação unânime porque amparava todos os servidores beneficiários do plano de saúde antigo de Santa Catarina.

Ocorre que, na semana passada, passei a receber até na minha casa ligações de dependentes ou mesmo ligações dos ex-combatentes brasileiros. Normalmente eram senhoras - e

percebíamos pelo tom de voz que eram idosas - dizendo da preocupação que estavam sentindo, porque elas estavam indo fazer a nova carteirinha do plano de saúde e a informação que estavam recebendo era de que os dependentes dos ex-combatentes, que até então estavam vinculados a esse plano de saúde, estavam fora do atendimento e que procurassem outro plano, pagassem a previdência privada ou que encontrassem uma outra alternativa de atendimento da nossa saúde pública estadual.

Imaginei, deputado Onofre Santo Agostini, que tivesse havido algum engano, porque as reclamações que recebi partiam inicialmente dos pensionistas de ex-combatentes do meu município, Brusque. E achei que estivesse havendo algum problema no encaminhamento por parte da Unimed, onde estão sendo feitas as novas carteirinhas junto com o Ipescc.

Pois bem, ontem mantive contato com o secretário da Administração, que me afirmou que é justamente isso, ou seja, que os ex-combatentes e os pensionistas dos ex-combatentes estão afastados, estão fora do plano de saúde e que devem encontrar uma outra alternativa.

Ponderei naquele instante com o secretário que a Assembléia Legislativa, juntamente com a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil e com o governo do estado, tem que encontrar uma alternativa, porque se isso acontecer, deputado Onofre Santo Agostini, esta Casa foi enganada, pois o texto da lei que aprovamos no ano passado diz que os dependentes dos ex-combatentes estão incluídos. São mais de 700 pessoas em Santa Catarina e são pessoas com mais de 70 anos e seus dependentes mais novos. E não podemos permitir que a previdência pública do governo do estado alije essas pessoas do benefício do plano de saúde.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Nobre deputado, a sua preocupação é a nossa também. Acontece que quando encaminharam esse plano de saúde, algumas leis que beneficiavam os ex-combatentes foram revogadas. Mas a Constituição do Brasil e a do estado de Santa Catarina prevêem essa assistência do estado aos ex-combatentes e as suas viúvas.

Deputado, como v.ex.a., também fiquei surpreso e, inclusive, já providenciei um projeto de lei alterando o artigo dessa lei que nós votamos, porque só ficaram excluídos os ex-combatentes, somente essa categoria.

No domingo à noite assisti à TV Barriga Verde, quando o governador do estado estava sendo entrevistado. E o presidente da associação dos ex-combatentes, Gilberto Nahas, fez a pergunta no ar para o governador do estado, com relação a esse problema. E ele, também surpreso, disse que não sabia o que tinha acontecido e que responderia na segunda-feira.

Então, a surpresa de v.ex.a., a minha e a própria surpresa do governador faz sentido e nós vamos providenciar essa lei. Aliás, já dei entrada na lei. Só não posso dar entrada agora no período extraordinário, mas já protocolei um projeto de lei mudando o artigo que exclui os ex-combatentes da assistência médico-hospitalar, porque a Constituição do Brasil e de a Santa Catarina prevêem esse benefício.

Srs. deputados, seria uma grande injustiça deste Poder não dar assistência às pessoas que honraram o Brasil, e muitas delas nem voltaram para casa, dando a própria vida em defesa da nossa liberdade e do nosso país.

Por isso, parabênico v.ex.a. pelo pronunciamento. E tenha neste deputado um aliado para ajudá-lo e até, quem sabe, v.ex.a. possa assinar o projeto também.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Agradeço o aparte de v.ex.a. e louvo sua iniciativa.

Acredito que deveria haver uma ação mais urgente por parte do próprio governo do estado, pois, como muito bem ponderou v.ex.a., nós só poderemos deliberar sobre o projeto de sua iniciativa a partir do dia 15 de fevereiro, no

regime ordinário da Assembléia. E o governo do estado poderia muito bem, se quisesse, como quis e fez tantas vezes, baixar uma medida provisória restabelecendo o direito desses ex-combatentes e de seus dependentes ao benefício do plano de saúde estadual, porque se isso não acontecer imediatamente, aquelas pessoas que procurarem o médico hoje ou amanhã ou que precisarem fazer um exame de saúde e até mesmo de uma internação médica, não estarão cobertas pelo atual plano de saúde, que estará extinto a partir de amanhã.

Srs. deputados, precisamos, sim, exigir que o governo do estado, neste caso, que é necessário, urgente e relevante, baixe uma medida provisória para novamente resguardar o interesse de mais de 700 catarinenses idosos. E nós temos que dar prioridade aos idosos, pois essa é uma prerrogativa, é um princípio do Estatuto do Idoso. Temos que garantir o direito do idoso.

Creio que essa é a preocupação de todos os 40 parlamentares, mas nós temos que reivindicar, pressionar e exigir do governo que venha para cá uma medida provisória urgentemente, restabelecendo esse direito de aproximadamente 700 catarinenses da terceira idade, que estão alijados desse processo do plano de saúde.

Vou iniciar o segundo assunto, sr. presidente, do dia de hoje, mas certamente nós teremos que continuar a abordá-lo na próxima sessão.

Nós estamos percebendo, ao longo deste governo do estado, deputado Maurício Eskudlark, um conjunto de pérolas no que se refere aos concursos públicos.

Tivemos um concurso público para professores no qual foi juntado na prova um release, uma cópia de uma propaganda de um jornal com aquelas fotos das obras da descentralização, para que os candidatos fizessem uma interpretação de texto dizendo o que pensam da descentralização.

Uma segunda vez, no ano passado, deputado Dionei Walter da Silva, nós denunciemos aqui que os alunos dos ensinos fundamental e médio de Santa Catarina foram submetidos a um concurso de redação, cujo tema era a descentralização. Encaminhamos uma solicitação de providência à secretaria da Educação e até hoje sequer tivemos resposta. E qual era o objetivo? Era que os alunos fizessem uma redação sobre descentralização e o vencedor receberia de presente uma camiseta autografada pelo governador e um computador para a escola.

Agora, para nossa surpresa, tomamos conhecimento, nesta semana, que numa recente prova para um concurso público, realizada não neste domingo, no anterior, para provimento de cargos de escrivão de polícia, foi utilizada a estrutura pública para fazer propaganda contrária ao PT.

Imaginem se o governo Lula tivesse feito um concurso público trazendo para o mesmo um texto com mensagens negativas do PFL ou do PSDB!

O que aconteceu nesse concurso de escrivão de polícia é um processo de aperfeiçoamento comandado por este governo do estado, visando a desacreditar, a difamar o PT. E nós traremos ao longo desta semana essas informações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dionei Walter da Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, deputada Ana Paula Lima, demais pessoas que nos acompanham aqui ou pela TVAL, nós, na verdade, neste final de semana, estivemos no município de Barra Velha e causou-nos espécie uma notícia publicada, deputado Maurício Eskudlark, no jornal que li naquela cidade, referindo-se a uma ação do Grupo de Respostas Táticas do nosso estado que, segundo a matéria e informações de parentes da pessoa, teria, numa *blitz* normal naquela cidade, quebrado o Joelho de um cidadão da terceira idade. O problema ocorreu numa discussão, quando algemaram o cidadão e ele teve que fazer uma cirurgia por causa de uma fratura no Joelho.

Há poucos dias, também havia acontecido um tiro em outra *blitz*. Não sei se o que eles utilizam é bala de sal, mas foi alguma substância desse tipo que pegou na boca e no ombro de um jovem dentista da cidade de Barra de Velha.

Nós já presenciávamos na minha cidade, em Jaraguá do Sul - e quero desde já fazer a ressalva de que essas são ações isoladas de alguns policiais, que refletem muitas vezes o sistema, deputado Maurício Eskudlark, v.exa., que é da Polícia Civil, sabe que o sistema policial desde a sua concepção, da sua origem, muitas vezes é concebido como guardião do capital, das empresas, dos bancos e às vezes a segurança pública preventiva fica desguarnecida -, uma greve numa empresa, a Cargil (que agora até comprou a Seara Alimentos), a qual no início tinha mais de 50 policiais militares, por ordem do comandante, dando efetivamente guarda, guardando a empresa, como se os trabalhadores que ali estivessem fossem bandidos que quisessem assaltá-la ou saqueá-la. E os sindicalistas e as mulheres em greve queriam tão-somente entregar um panfleto aos trabalhadores que estavam dentro dos ônibus que circulavam no pátio da empresa, por ordem dela.

Conversamos, na oportunidade, com o subcomandante e discutimos justamente o papel da Polícia Militar. Ele, inclusive, numa atitude infeliz, chegou a dizer que a empresa havia-lhe pedido segurança e que havia dito: "Então está resolvido. Eu vou fazer um ofício requerendo segurança para os grevistas e daí vai estar resolvido: 50 para cada lado e não vai haver problema."

Acho que precisamos discutir no Parlamento essa distorção da segurança pública. O papel do policial militar é fazer a segurança ostensiva, preventiva, mas segurança pública e não segurança de uma empresa.

Recebemos esta mesma informação, deputado Vânio dos Santos, do Sindicato dos Trabalhadores do Papelão, de Otacílio Costa, quando houve a greve da Klabin, recentemente, na cidade de Lages, e a Polícia também estava dentro da empresa protegendo-a e em algumas atitudes, como aconteceu em Jaraguá do Sul, com gás de pimenta, com cacete, agredindo literalmente os trabalhadores que tentavam entregar um papel escrito aos seus companheiros para divulgar as ações da greve e convencer os empregados a participar cada vez mais do movimento.

Quero ficar nestas três situações: primeiro, diferenciar o grande contingente de policiais civis e militares. Gostaria de fazer referência ao fato de que essas três ações foram de policiais militares. Na questão das greves com certeza estavam cumprindo ordens do comando para lá estarem fazendo aquele papel, e quanto à *blitz* de Barra Velha, acredito que a truculência, muitas vezes, utilizada pelo GRT é exagerada.

Eu já presenciei situações de espionagem ser engatilhada contra um cidadão comum. Lá em Jaraguá do Sul já houve o disparo de uma espionagem que atingiu uma residência. Acredito que é um exagero e estamos requerendo formalmente que o secretário da Segurança Pública abra uma sindicância para investigar essa situação de Barra Velha. Acredito que se fosse necessário conter - eles sempre andam em cinco ou seis - um senhor da terceira idade, não precisariam quebrar o joelho dele.

Então, preciso fazer esse registro para diferenciar os bons policiais, que são a grande maioria, e para dizer que, infelizmente, há excessos e, em alguns casos, equivocados do comando no sentido de direcionar os policiais para a proteção de empresas.

Quem não viu nas cidades grandes, na época de pagamento, a maioria dos policiais fazendo guarda ao redor dos bancos, e a segurança da população, principalmente nos bairros mais periféricos, muitas vezes ficando desguarnecida, por falta de contingente?!

Portanto, acho que essa é uma discussão importante que precisa ser trazida a esta Casa!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Parabéns pelas suas colocações, deputado.

Nós também defendemos que o mau policial deve ser denunciado, e saiba que a própria corporação e os próprios colegas não querem no seu meio maus policiais. Tivemos o relato de várias situações.

Quanto à questão da segurança bancária, com certeza é uma providência da segurança pública no município, não buscando resguardar o capital, o banco, mas as pessoas que têm acesso a ele, que poderiam ser vítimas e acabar envolvidas num assalto que porventura viesse a ocorrer.

Também vejo que o policial é um membro da sociedade e muitas vezes o irmão dele, o se pai ou algum parente é um trabalhador de empresa, um bancário, um empresário, enfim, uma pessoa da comunidade. O nosso policial vem do seio da nossa sociedade e felizmente por isso dizemos que Santa Catarina tem a melhor Polícia do Brasil.

Excessos acontecem, alguns membros do GRT cometem alguns e essas denúncias devem chegar ao comando e ser apuradas. Muitas vezes vejo operações da Polícia Federal para deter um empresário com metralhadora, com armamento pesado, coisa que é desnecessária. Muitas vezes, somente com um telefonema, chama-se a pessoa à delegacia, toma-se o seu depoimento e faz-se cumprir a lei.

Então, esses excessos devem ser denunciados - e não são da índole do nosso policial -, e as pessoas, muitas vezes, ficam constrangidas e procuram o deputado ou um outro representante. Mas o próprio comando, quando tem conhecimento dessas ações isoladas, tem interesse em cobri-las.

Parabéns pelas suas colocações e vamos dar força aos bons policiais, que são quase a totalidade!

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Agradeço o aparte de v.exa.

Temos que fazer sempre esta ressalva: acho que há um pensamento sistêmico de que a Polícia Militar é um instrumento de grandes corporações para a nossa defesa, porque sempre que é chamada, mandam um contingente grande de policiais. E quando alguém que vive num bairro menos favorecido faz uma ligação dizendo que está acontecendo um assalto, muitas vezes a Polícia não pode deslocar-se até lá por falta de contingente.

Precisamos fazer essa ressalva e começar a discutir mais profundamente essa distorção, porque é uma questão de sistema e não tem a ver, neste aspecto, com o caráter do policial. Diferentemente da ação isolada - e esperamos que aconteça cada vez menos - dos GRTs, que usaram de truculência, de intimidação exagerada para fazer uma simples *blitz*, como foi o caso de Barra Velha.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo a esta tribuna, na tarde de hoje, procurando juntar esforços para que os deputados das mais diferentes matizes partidárias possam fazer reivindicações de forma conjunta para o estado de Santa Catarina.

Tenho acompanhado, srs. deputados, notícias que nos dão conta de que várias unidades da nossa federação estão prestes a receber em seus estados novos *campi* de universidades federais. O estado de Santa Catarina tem uma peculiaridade: uma única universidade federal, que está sediada na capital do estado, enquanto que as demais regiões do nosso estado estão completamente a descoberto com relação a esse tipo de atendimento.

Ouçõ manifestações - e que bom para os gaúchos - de que o estado do Rio Grande do Sul vai ser aquinhoado com mais universidades federais ou com mais *campi* de universidades federais ou com a descentralização das mesmas. E lá, srs. deputados, existem várias universidades atuando em vários municípios do estado. Podemos citar a própria capital gaúcha, como também fazer referência à excelência do ensino na cidade de Santa Maria, marcada pela tradição com que os alunos, inclusive oestinos, procuram a universidade federal daquela cidade. Mas poderíamos falar da universidade de Pelotas, do Rio Grande, enquanto que aqui ficaremos limitados, pelo maior esforço que fizemos, a uma única sede da universidade aqui na nossa capital.

Por isso, recebendo manifestações dos edis do município de São Miguel d'Oeste, assomo a esta tribuna para conclamar as sras. deputadas e os srs. deputados para que este Parlamento, em uma ação conjunta, faça valer a sua força política. E mais do que isso, também quero permitir-me fazer mais uma referência com relação ao ensino superior em nosso estado.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não! Pela consideração e pelo apreço que lhe devoto, quero permitir-me ouvir a manifestação sempre ponderada e oportuna de v.exa.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Deputado Herneus de Nadal, agradeço a oportunidade e quero dizer a v.exa. que a consideração e o apreço são recíprocos ao trabalho de v.exa.

De fato, a partir da década de 90, o processo de implantação de universidades no Brasil foi totalmente deteriorado. E agora se busca, num esforço, a criação de novas universidades. Também acredito que merecemos em nosso estado uma outra universidade federal, assim como merecemos também a expansão da Udesc para outras cidades. Entretanto, quero dar apenas uma informação a v.exa.: no ano passado, tivemos uma audiência pública aqui, com a participação do reitor da universidade federal. E naquela ocasião foi informado que a partir deste ano teríamos universidades federais em algumas regiões do estado - e lembro-me neste instante que a região sul terá um pólo avançado da universidade federal.

Então, a partir deste ano, a universidade federal não estará mais centralizada somente em Florianópolis. Haverá pelo menos em mais duas regiões - uma é a região sul e a outra não me recordo. Está havendo também um esforço para que tenhamos, sim, uma universidade pública federal lá na região que v.exa. representa, que é a região oeste.

Mas, com certeza, conte conosco nesta luta por mais universidades públicas em Santa Catarina!

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Conhecendo v.exa., este deputado não poderia esperar outra manifestação que não aquela proferida.

Mas também, sr. deputado Maurício Eskudlark, consultando na semana passada a reitoria da nossa universidade federal, recebi a informação de que teremos 13 núcleos de ensino a distância em todo o nosso estado, proporcionados através da UFSC e do ministério da Educação. Essa foi uma notícia que nos deixou extremamente feliz e satisfeito, porém com algumas ressalvas que também são objeto do documento recebido e ao qual fiz referência há alguns instantes: de que esses 13 núcleos dedicados ao magistério e também à administração localizam-se em diversas partes do nosso estado e chegam até a nossa cidade de Chapecó. Mas de Chapecó até a divisa com a Argentina, na região da Ameoac, não teremos, por hora, nenhum núcleo avançado que contemple aquela região, que aspira, que deseja e que necessita de apoio e de atendimento da universidade federal - mesmo que nos cursos a distância - para oportunizar o acesso ao 3º grau aqueles que não têm condição de acessar ao ensino presencial.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Deputado, já vou conceder um aparte a v.exa., que é daquela região, e que, com certeza, vai anuir também nesta direção, a exemplo do deputado Paulo Eccel, para que possamos subscrever agora, num entendimento entre os líderes ou logo no reinício dos nossos trabalhos, uma moção reivindicando para aquela nossa região também o tratamento que merece pela importância que tem na produção primária, na agroindústria, nas próprias indústrias, e para fazer com que a nossa população tenha as portas abertas para ter a condição de frequentar, ao menos, um curso a distância.

Mas ouço, com muita alegria, v.exa., que é um grande representante daquela nossa região.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Nobre deputado Herneus de Nadal, é quase difícil de acreditar que estudando as 13 regiões do nosso estado para implantação, o nosso extremo oeste fique sem esse atendimento e sem esse núcleo avançado da universidade federal.

Sabemos - e foi bem lembrado pelo nobre parlamentar e grande defensor da região - que muitos filhos de famílias da região estudam em Santa Maria, em Florianópolis e em Porto Alegre por falta de opção. Ontem, eu conversava com um pai de família, que se dizia feliz porque o seu filho, Bruno, tinha passado no vestibular, só que de uma fundação, onde o custo é em torno de R\$ 600,00 por mês. E ele me dizia da sua alegria e do medo de frustrar o seu filho, por não poder prosseguir com o pagamento daquele estudo.

Então, o ensino público é uma questão pela qual todos devemos nos debruçar. Não se trata de números, mas de famílias com sentimento e com vontade de realizações.

Parabéns pela sua iniciativa! O extremo oeste precisa ser contemplado nessa questão!

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Agradeço a manifestação de v.exa. e conclamo todas as sras. deputadas e os srs. deputados para que possamos somar nessa reivindicação que é justa e legítima de toda aquela gente que precisa de apoio e de acesso à educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra próximo orador inscrito, deputado Vânio dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, trabalhadores da Assembléia Legislativa, telespectadores da TVAL, o nosso boa-tarde!

Sr. presidente, na verdade ocupo a tribuna nesta tarde para prestar contas da viagem que fiz na última semana à Venezuela para estar presente no VI Fórum Social Mundial. Na oportunidade, pude participar, contribuir e também receber idéias em três fóruns distintos.

Na segunda-feira, na Venezuela, foi aberto o FAL - Fórum das Autoridades Locais -, que reuniu prefeitos e governos locais de diversos países e cujo debate foi centrado em basicamente três questões: a idéia da integração não apenas latino-americana, mas dos países do terceiro mundo; a idéia da troca de experiências e a necessidade da elaboração de políticas públicas comerciais, sociais e de intercâmbio comuns entre as mais diversas formas de governo e diferentes experiências de governanças ali presentes.

Na terça-feira, sr. presidente, deu-se a abertura do Fórum Social Mundial, inicialmente, com uma caminhada pelo centro de Caracas. A partir daí houve uma série de debates, que terminaram no domingo com a reunião das lideranças dos mais diversos movimentos sociais dos mais de 70 países presentes e quase cem mil delegados, com o presidente da Venezuela, Hugo Chaves. Dessa última atividade não pude participar em razão do retorno ao Brasil.

Um terceiro fórum que foi realizado paralelamente ao Fórum Social Mundial foi o Fórum Parlamentar Mundial, que contou com a participação de 300 parlamentares de diversos países da Europa, da África e das Américas, para discutir a situação dos países, especialmente os do terceiro mundo, com as diversas mesas e debates lá realizados.

Quero, em primeiro lugar, dar alguns depoimentos muito rápidos, porque em dez minutos é absolutamente impossível resumir o que ocorreu ao longo de praticamente uma semana.

Primeiramente, quero falar sobre a grande receptividade, deputado Paulo Eccel, do povo da Venezuela, em todos os lugares. Para se ter uma idéia, em torno de quatro mil voluntários da população de Caracas apresentaram-se para trabalhar durante o fórum, recepcionando os delegados, trabalhando no apoio logístico, procurando dar informação e orientação. Por isso, quero fazer essa saudação ao povo da Venezuela e agradecer em nome do Parlamento catarinense pela acolhida que lá tivemos.

Em segundo lugar, quero falar da importância de estarmos representados na Venezuela, porque lá estavam parlamentares do Rio Grande do Sul, do Paraná, do Amazonas, do Ceará, de São Paulo, da Bahia, de Brasília, do Rio de Janeiro, do Acre, do Amapá, de Roraima, de Rondônia, enfim, de praticamente todos os estados brasileiros ou da grande maioria dos estados brasileiros.

Quero agradecer à Assembléia Legislativa a oportunidade de lá estar presente, em especial à minha bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, porque apesar de vários parlamentares estarem inscritos, em função da convocação extraordinária apenas eu fui designado para participar desse evento, que foi aprovado pela Mesa da Assembléia.

Quero esclarecer que a inscrição lá era por ordem de país, e a minha foi a de nº 15.957, deputado Paulo Eccel. Cada país tinha uma ordem de inscrição, que começava do nº 1, para se ter uma idéia do tamanho da delegação brasileira lá representada.

Destaco também a importância dos debatedores e dos expositores do Brasil presentes nesse evento. Paul Singer estava lá para discutir e debater a questão da sociedade brasileira e a experiência do nosso país. Estavam presentes diversos ministros do governo do Brasil, como o ministro Miguel Rosseto, para tratar da questão da agricultura familiar, a questão das formas de financiamento. Inclusive, ele representou o governo brasileiro em uma reunião entre os ministérios com o presidente Hugo Chaves.

Quero registrar a presença do setor sindical, do setor ligado à questão da agricultura, da produção da agricultura sem agrotóxico; da luta pela reforma agrária; do grande número de mulheres e suas organizações; dos jovens, dos estudantes, enfim, de todo o tipo de espaço de debate sobre problemas relativos a políticas públicas de saúde, de educação, de segurança, de luta pelos direitos individuais, coletivos e de toda a ordem.

Também quero enaltecer, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, as várias questões que lá foram debatidas. Claro que como não vou poder abordá-las todas neste momento, estou convidando os deputados, as deputadas, as pessoas aqui presentes e aqueles que tiverem interesse para participar, na próxima segunda-feira, a partir das 19h, no auditório do DNIT, aqui ao lado, em função das reformas na Assembléia Legislativa, quando estarei apresentando um resumo dos debates que tivemos no Fórum Social Mundial, no Fórum das Autoridades Locais e também no Fórum Parlamentar Mundial.

Encerrou no sábado à noite a redação do documento, do texto final das deliberações do Fórum Parlamentar Mundial. Alguns dos temas que esse documento está trazendo, de forma também resumida, vou aqui apresentar.

Em primeiro lugar, apesar do aumento da riqueza, apesar do crescimento econômico no mundo, nos países desenvolvidos ou até em desenvolvimento, isso não tem implicado na distribuição da renda e muito menos na diminuição da miséria, da fome e da exclusão social. Pelo contrário, paradoxalmente, a riqueza tem aumentado; o PIB dos países tem aumentado; o PIB mundial tem aumentado, mas também a miséria, a fome, a exclusão social aumentam muitas vezes numa proporção maior.

A idéia, portanto, da solidariedade entre os povos, do compromisso e do aprofundamento da democracia; a idéia da garantia das diversidades e também da luta e da defesa de igualdades e de oportunidades por parte dos vários governos; a idéia do desenvolvimento e do fortalecimento de políticas públicas como saúde, educação, segurança, serviços de saneamento, de habitação, geração de emprego e renda, oportunidades para a juventude e para as pessoas excluídas hoje em todo o mundo; a idéia e o compromisso de criarmos uma rede parlamentar mundial que tenha uma identidade com essa luta e com essas demandas também foram objetos de debate por entidades, lideranças e organismos que participaram do Fórum Social Mundial.

Foram ainda temas recorrentes e primordiais de todos os debates: o compromisso com o combate à pobreza, à miséria, a toda forma de exclusão e discriminação social; o direito à água potável como um bem comum e a luta de todos nós no combate à privatização da água, que lá foi considerada e é um bem público; a idéia é de trabalharmos na luta por projetos de desenvolvimento sustentáveis, procurando gerar emprego e renda, buscar desenvolvimento, mas com o compromisso de proteção ao meio ambiente e de adequar políticas públicas e de desenvolvimento à preservação ambiental; a idéia do Mercosul, o seu fortalecimento e o convite que fizemos para que os países andinos também o integrem.

É o caso do convite feito à Venezuela e a outros países como a Colômbia e o Peru, para que se integrem também ao Mercosul, que não é apenas uma visão de mercado, de bloco, mas também de integração, cooperação e da busca conjunta para as soluções comuns.

Discutimos também a idéia da cooperação, do intercâmbio e do resgate para o funcionamento real do Parlamento latino-americano, que já existe, mas que precisa funcionar e cumprir com o seu papel.

Por último, sr. presidente, quero aproveitar estes minutos que me restam para mais uma vez ratificar o convite feito. Não tenho condições aqui de prestar contas de um debate tão rico que lá aconteceu, mas na próxima segunda-feira estarei à disposição no auditório do DNIT, a partir das 19h, para fazermos esse debate. Mas creio que foi de uma grandeza magnífica o VI Fórum Social Mundial, bem como o Fórum Parlamentar Mundial, que eu aqui relatei a v.exas.

Era o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, do comendador Cídio Sandri, grande empresário, grande liderança de Itajaí, de Balneário Camboriú, e dos representantes do Sindmosc - Sindicato do Centro de Formação de Condutores, sr. Murilo dos Santos, e do vice, sr. José Gonzaga dos Santos, que prestigiam a nossa sessão com a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ficam registradas as visitas, deputado Maurício Eskudlark.

Dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Digital, eu tenho vários assuntos a abordar nesta tribuna, no dia de hoje, mas não poderia deixar de iniciar a minha manifestação senão pela entrevista publicada na coluna do articulista político Fabian Lemos, do *Diário Catarinense*, do último domingo, que tem como título: "Eu não me iludo com o Ibope."

Mais uma declaração desesperada de sua excelência, o governador candidato, agora colocando em xeque, deputado Antônio Ceron, um dos institutos de pesquisa de maior credibilidade do Brasil. O Ibope, com toda a sua história, com toda a sua tradição, com todos os serviços prestados a partidos, a entidades, em todos os estados do país, não tem mais credibilidade, não é mais um instituto confiável. O negócio agora é Cérnere, Cernere, Cerneré, Cerlene, Marlene, alguma coisa parecida, que é o instituto lá de Joinville. Aliás, um instituto, deputado Dionei Walter da Silva, que é presidido, que tem como proprietário um funcionário de confiança do compadre do governador, o secretário da Fazenda, deputado Antônio Carlos Vieira!

Então, é um compadrezinho só nesse negócio! O governador, que é compadre do secretário, que é chefe do dono do instituto, que pesquisa não sei como e que é o único instituto que coloca o governador candidato disparado, aliás, que já está eleito! Nem eleição precisa mais, deputado Vieirão.

Eu tive a oportunidade de assistir um pouco mais que um bloco da entrevista do governador na TV Barriga Verde, no último domingo, e, coincidentemente, foi aquela parte em que ele dizia que não precisava mais de eleição, que já estava eleito. Inclusive, a quantidade de votos já está certa, já estão computados, são 500 mil votos de diferença. Não precisa nem mais de eleição, deputado Antônio Ceron!

Eu não sei o que nós, partidos políticos, estamos ainda debatendo. E eu vi, ontem, mais uma fotografia do seu candidato, deputado Antônio Ceron, o Raimundo Colombo, almoçando com o também possível candidato Leonel Pavan, juntamente com os presidentes de partido. Mas eu entendo que não há mais necessidade desse tipo de conversa, porque o governador, em entrevista no último domingo, disse que a eleição já está decidida, são 500 mil votos de diferença. Ele já ganhou! Já podemos ir para casa, porque ele já se garantiu em mais quatro anos de mandato.

Ele não sabe como é que vai ser, não sabe se vai renunciar, porque está com o pé atrás com o vice-governador. Ora diz que renuncia, ora diz que não renuncia mais. Ele não tem confiança no vice-governador. E se não renunciar, vai comprovar que não tem confiança, porque prometeu, assumiu que iria renunciar. Mas se agora já está voltando atrás é porque não tem confiança.

Então, ele não sabe nem como é que vai ser, mas já sabe o resultado: vai ganhar com 500 mil votos de diferença. E afirma isso com muita prepotência, com muita arrogância, com muito desrespeito aos demais candidatos e aos demais partidos.

Eu tenho um respeito muito grande, deputado Antônio Ceron, e v.ex.a. sabe disso, pelo prefeito Raimundo Colombo. Acho que ele pleiteia essa condição de forma muito coerente, pois está trabalhando muito para construir um projeto. Então, ele não pode receber, por parte do atual governante, que também é candidato, desconsideração, desrespeito com a sua candidatura.

O próprio senador Leonel Pavan, que tem reclamado com muita insistência da arrogância, do atropelamento do governador, também demonstra isso. E olha que aí é a manifestação de um aliado. Imaginem, deputados Antônio Ceron e Dionei Walter da Silva, o tratamento que é dado a nós, da Oposição! E esse tratamento deselegante, desrespeitoso e que começa atingir instituições sérias, como eu entendo que é o Ibope.

Estou muito ansioso para saber qual será a reação do Ibope ao tomar conhecimento que uma autoridade estadual, um homem que já presidiu o maior partido do Brasil - o governador Luiz Henrique da Silveira foi presidente do PMDB, o maior partido do Brasil -, tratou um instituto que deve ter servido ao PMDB naqueles tempos também com tanto desrespeito, com tanta prepotência, com tanta arrogância.

Ele não acredita no Ibope; não acredita no instituto Mapa, que é o instituto de maior credibilidade no estado também; não acredita no FHB, em que sempre acreditou. Até o mês de outubro, na última pesquisa, quando ele aparecia na frente, o governo se encarregava de divulgar os números do FHB. Agora, na pesquisa de janeiro, porque ele já está empatado com o ex-governador Esperidião Amin, já não divulgam mais. Já perdeu a credibilidade também.

E vale o instituto Cernere, que é de um empregado do governo, que atende no telefone 3216-7545. O dono do instituto Cernere chama-se Alexandre, que é funcionário de confiança do compadre Max, e que atende no telefone 3216-7545, cargo de confiança, deputado Antônio Ceron! Ele é dono do instituto que é o único em que o governador e o governo acreditam.

E há mais coincidências, deputado Vânio dos Santos, com relação a essa tal pesquisa Cernere, da qual queremos saber como foi feito o trabalho de campo - porque já estou suspeitando que foi feito dentro de cada secretaria regional, usando os próprios funcionários -, da qual foi solicitado o registro no TRE no dia 16 de janeiro, mas da qual o vice-governador, em uma entrevista na rádio Araranguá, antes do dia 10 de janeiro, já conhecia os números! Ou seja, antes da pesquisa ser registrada, o vice-governador já tinha conhecimento dos números. E também o governador, deputado José Serafim, em entrevista concedida à rádio CBN Diário antes do dia do registro, já conhecia os números.

Então, é preciso, e nós já estamos preparando essa ação, que o Ministério Público, que o Tribunal Regional Eleitoral comece a agir rapidamente, porque nós já estamos percebendo os primeiros sinais de como será o jogo: o jogo de mentiras, o jogo da ilusão, da tentativa da enganagem.

Isso já não é mais apenas seguir as orientações de Goebbels. Eu diria, deputado Paulo Eccel, que o próprio Goebbels incorporou no corpo do governador Luiz Henrique da Silveira. Eu acho que ele virou o próprio, porque é muita coragem para mentir tão descaradamente e agora ofender uma fotografia que, aliás, comprova a arrogância e a prepotência, atingindo a integridade de um instituto que eu continuo achando sério e respeitado em nível nacional, como é o Ibope.

Lamento profundamente. Penso que ele deveria fazer uma reflexão sobre esse comportamento, porque em nada contribui esse tipo de manifestação para o engrandecimento da nossa democracia.

O governador deveria, sim, fazer uma reflexão sobre o motivo de aparecer de forma tão preocupante nas pesquisas e talvez até começar a reavaliar o seu projeto político, mas não partir para a agressão, para a desqualificação, para a intimidação, como tentou fazer novamente na entrevista de domingo à noite, quando tentou ameaçar os deputados da Oposição.

Calma, governador! Coloque a cabeça no lugar porque a situação não...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dionei Walter da Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente e srs. deputados, retornamos à tribuna, nesta oportunidade, falando em nome do Partido dos Trabalhadores e, inicialmente, vamos fazer referência também à entrevista dada por sua excelência, o governador do estado, no programa da TV Barriga Verde capitaneado pelo jornalista Vânio Bossle, que nos deixou, digamos assim, estupefato com algumas afirmações.

Em todas as nossas manifestações, nas discussões que fizemos no Parlamento ou na sociedade, sempre na oposição, combatemos atitudes, atos e idéias, mas não partimos para a agressão pessoal ou para o ataque pessoal à sua excelência, o governador. Nós o respeitamos

como governador do estado, mas não respeitamos o seu projeto, a sua forma de administrar Santa Catarina, porque entendemos equivocada. Entendemos que está levando o estado para uma situação que vai torná-lo insustentável em pouco tempo. E já se está tornando insustentável, basta ver, deputado Paulo Eccel, a tentativa da medida provisória que tenta tirar recursos dos fundos para pagar salário. O que significa isso? O estado já não está mais dando conta de pagar salário com o seu orçamento, e não vai dar conta com essa forma de administrar Santa Catarina, essa forma de distribuir cargos por todo o estado, sem distribuir orçamento e decisão.

Ouvi, há pouco tempo, na região de Lages, o governador falando que já havia ido à região serrana 72 vezes em seu governo e havia feito mais de 1.300 viagens ao interior do estado, deputado Paulo Eccel. Para que servem as secretarias regionais, se são necessárias tantas viagens do governador? E sabemos que muitas das viagens das regionais e de prefeitos do interior ainda acabam acontecendo porque a decisão ainda está aqui e quem distribui, quem gerencia é o governador e muitas vezes até, pessoalmente, sem utilizar a própria estrutura.

Mas o que nós ouvimos na entrevista - quero fazer referência a duas situações, sem citar nomes, mas o jornalista citou e o governador concordou - com relação a v.ex.a., deputado Paulo Eccel, achamos desrespeitoso. Acho que divergir do projeto da tarifa básica da telefonia é normal. Há a situação do governo já referendada pela Procuradoria-Geral do Estado em defender a empresa e o seu lucro. Está escrito na defesa da justificativa do veto, que iria diminuir o lucro da empresa. Então, o estado, ao invés de defender a distribuição de renda, de defender a melhoria da qualidade de vida do seu povo, defende o lucro da empresa. Está escrito pela Procuradoria-Geral do Estado.

Mas nós, e foi v.ex.a. quem capitaneou esse projeto, defendemos o consumidor de Santa Catarina, e entendemos que há uma lesão ao consumidor nessa tarifa sem o serviço embutido. V.Ex.a. defende esse projeto, há muitos promotores que defendem esse projeto e muitos deputados pelo país agora também defendem esse projeto.

Então, nesse sentido há uma divergência de entendimento, mas não há demagogia por parte de v.ex.a. de querer aparecer, como foi afirmado pelo governador, ao vivo, na TVBV. Acho que v.ex.a. não merecia essa afirmação. Tenho certeza de que, na defesa desse projeto, tanto v.ex.a. como outros deputados têm como fim maior a defesa do consumidor de Santa Catarina, que não tem a defesa do governo. Muito pelo contrário, a defesa do governo, que está escrita para quem quiser ler, é a defesa do capital, do lucro da empresa e é colocar a Procuradoria-Geral do Estado em defesa dessa situação, do lucro da empresa e não do consumidor.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - V.Ex.a. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Deputado Dionei Walter da Silva, quero agradecer a solidariedade de v.ex.a. e dizer que, segundo as informações que também recebi, porque não assisti ao programa, houve por parte do governador do estado um destempero desproporcional às perguntas que foram feitas. Para aquelas perguntas que eram feitas por aliados, perfeitamente se via a mãozinha na cabeça, elogios. Para aquelas perguntas que eram feitas pela população, questionando o *merchandising*, o *marketing*, porque esse governo é muito bom de *marketing*, havia todo um destempero por parte do governador do estado.

E o governador deu uma grande resposta a Santa Catarina, nesse caso da tarifa básica da telefonia. Mostrou que está do lado dos grandes, que está do lado da Brasil Telecom. Elogiou inúmeras vezes a Brasil Telecom. Só o governador elogia a Brasil Telecom porque, na realidade, o Brasil inteiro critica, questiona, cobra uma postura séria por parte dessa empresa. Mas o governador Luiz Henrique por diversas vezes elogiou a Brasil Telecom com muita tranquilidade. Então, ele mostrou de que lado está nessa história da tarifa básica da telefonia.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Muito bem!

Agradeço o seu aparte e quero ressaltar também a pergunta feita por um cidadão de Criciúma sobre o asfaltamento do anel viário daquele município. Foi uma pergunta normal de um cidadão que teve uma resposta bastante agressiva, inclusive merecendo um comentário de um jornalista da rádio de Balneário Camboriú, chamando o governador de grosso. Não fui eu que chamei, mas o radialista chamou porque o governador perguntou ao cidadão se ele estaria cego, se não estaria vendo. É algo desnecessário num regime democrático. Se alguém faz uma pergunta a sua excelência, quando a pergunta não lhe agrada, a resposta é áspera, agressiva. E dizia o radialista de Balneário Camboriú que a impressão que se tem é que sua excelência só gosta de perguntas boas. Então, tenta responder asperamente, na visão do radialista, para que não venha outra pergunta que possa constrangê-lo.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado, na pequena parte que assisti, um repórter do jornal *Notisul*, de Tubarão, questionou também sobre a pavimentação asfáltica, tão comemorada e tão festejada, do trecho Rio Fortuna - Santa Rosa de Lima. Para minha surpresa, o governador disse que a ordem de serviço vai ser entregue nos próximos dias. Vai ser a quarta ordem de serviço e mais uma meia dúzia de vacas vão morrer porque três ordens de serviço, três festas, há mais de ano, sei que já foram feitas. É mais uma festa que está sendo anunciada e, enquanto isso, nenhum carrinho de mão fazendo a pavimentação asfáltica.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Outro assunto que quero trazer a esta tribuna é o Fundo Social, esse fundo milagroso que traz algumas pérolas para nos debruçarmos, para investigarmos e vermos para o que ele serve.

Nós temos aqui uma prestação de contas de uma associação de artesãos de Joinville, para a qual foi de R\$ 15 mil o pedido feito diretamente ao governador.

(Passa a ler)

"Sr. Governador Luiz Henrique da Silveira:

A AARTEJ é uma entidade sem fins lucrativos, que há mais de quatro anos vem atuando na comunidade joinvilense na disseminação da cultura em suas mais variadas vertentes.

No mês de março, diversos artistas de nossa entidade e da comunidade irão participar no município de São Paulo da 4ª Bienal de Cultura da UNE. Assim, pretendemos realizar uma série de atividades visando a preparação dos futuros participantes desse evento."[sic]

Então o objetivo eram várias atividades para a preparação desta 4ª Bienal.

Na prestação de contas nós temos 500 peças de camisetas, custando R\$ 10,00 cada uma, perfazendo R\$ 5 mil. Aqui temos também 500 refeições para viagens com suco, compradas numa companhia de Garuva, perfazendo R\$ 5 mil e outra nota da Só Panfletos onde foram adquiridas 500 cartilhas, custando R\$ 10,00 cada uma, perfazendo também a quantia de R\$ 5.000,00.

A pré-análise da secretaria da Fazenda diz que a empresa que fez as camisetas já deu baixa, ou seja, não existe. A não ser que esteja funcionando clandestinamente, mas com nota. Assim sendo, a secretaria da Fazenda solicitou a devolução dos R\$ 5 mil pagos pelas camisetas, já que a empresa não existe.

A associação dos artesãos, então, escreveu uma carta para o governo do estado dizendo o seguinte:

(Passa a ler)

"[...]considerando que estão ocorrendo vários questionamentos por parte de alguns parlamentares catarinenses, até com proposta para abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, com alegação de irregularidade social [...]

[...]e considerando ainda que esta entidade é composta por pessoas com reputação ilibada e que os membros desta entidade estão constrangidos e submetidos à exposição expressivamente pejorativa[...]

[...]comunicamos que estaremos devolvendo na integridade os recursos públicos no valor de R\$ 15.000,00."[sic]

Então, vamos fazer essa CPI, vamos mostrar que este Parlamento...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos dez minutos pertencem ao PFL.

Com a palavra, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, ilustres sras. e srs. deputados.

(Passa a ler)

"Lei nº 14.978

Data 28 de dezembro de 2005.

(Publicada no DOF 28/12/05)

Súmula: Isenta do ICMS produtos da cesta básica, conforme específica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam isentas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) as operações internas que destinem os seguintes produtos da cesta básica de alimentos a consumidores finais:

I - açúcar e outros adoçantes artificiais ou naturais; arroz em estado natural; amido de milho; aveia em flocos;

II - café torrado em grão ou moído; carnes e miúdos comestíveis frescos, resfriados ou congelados, resultantes do abate de aves, coelhos e gados bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino; chá em folhas;

III - erva-mate;

IV - farinha de aveia e de trigo; farinha de mandioca e de milho, inclusive pré-gelatinizada;

V - feijão em estado natural; frutas frescas; fubá, inclusive pré-cozido;

VI - leite, exceto os concentrados e adicionados de açúcares e edulcorantes, leite em pó e linguiças;

VII - macarrão e outras massas alimentícias não cozidas, não recheadas ou não preparadas de outro modo, que constituam massa alimentar seca;

VIII - óleos refinados de soja, de milho, de canola e de girassol; ovos de galinha;

IX - pão francês ou de sal;

X - queijo minas, mussarela e prato;

XI - sal de cozinha; sardinha em lata; salsichas, exceto em lata;

XII - vinagre.

§ 1º - Como forma de estímulo ou de proteção para a produção rural e industrial do Estado, poderão ser concedidos, pelo Poder Executivo, outros benefícios, em qualquer das etapas da cadeia de produção e de comercialização, de forma temporária ou permanente, para os alimentos da cesta básica.

Art. 2º - Os produtos paranaenses primários e deles derivados, tais como trigo, milho, feijão, mandioca e outros poderão, a critério do Poder Executivo, ter reduzida a alíquota do ICMS, de modo permanente ou temporário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/01/2006.

Palácio do Governo em Curitiba, em 28 de dezembro de 2005.

Roberto Requião

Governador do estado"[sic]

Esta lei, sr. presidente, está trazendo um transtorno muito grande, deputado Antônio Ceron, a Santa Catarina, porque os açouqueiros do lado catarinense, aqueles pequenos e médios, não compram mais carne em Santa Catarina,

porque aqui eles têm que pagar ICMS; compram no Paraná, que é isento de ICMS por fazer parte da cesta básica.

É claro que não estamos aqui pedindo que o governo catarinense também inclua esses produtos na cesta básica com isenção de 100% do ICMS, mas não podemos ter essa concorrência desleal com os nossos produtores de Santa Catarina. Alguma coisa tem que ser feita.

Os supermercadistas - deputado Antônio Ceron - v.exa. é um profundo conhecedor e até pouco tempo foi um acionista dos supermercados Miatã, uma pessoa que entende muito mais do que eu - estão apavorados, não só os da divisa de Santa Catarina com o Paraná, porque eles estão vindo para cá, e os catarinenses não conseguem mais vender no varejo, uma vez que há incidência de ICMS sobre os produtos. Alguns produtos catarinenses pagam 7%, outros pagam 2% e outros são isentos, mas não desta forma como o Paraná fez, ou seja, isentando de ICMS os produtos da cesta básica.

Por exemplo, em Santa Catarina incide sobre a erva-mate 7% de ICMS. Então, 7% do preço da erva-mate em Santa Catarina é de ICMS, enquanto que no Paraná é zero na cesta básica. Por via de consequência, o produtor, o catarinense, aquele que produz, está vivendo uma situação dramática. Nós fizemos a leitura do documento na íntegra - o decreto, o projeto e a sanção do governador do estado do Paraná - para que se tome providência em Santa Catarina: ou acompanhamos o estado do Paraná, isentando esses produtos de ICMS na cesta básica ou temos que fazer alguma outra coisa.

Eu, inclusive, tirei uma fotocópia desse documento e mandei ao secretário da Fazenda de Santa Catarina para que estude uma possibilidade, o que fazer em favor do setor produtivo catarinense.

Hoje, pela manhã, recebi um telefonema de um amigo meu, proprietário de alguns supermercados em Santa Catarina, em Mafra, São Bento do Sul e Rio Negrinho, Jaime Belém, apavorado, dizendo que terá que fechar alguns supermercados no lado catarinense se alguma coisa não for feita.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não! Vou ouvir v.exa., que conhece muito mais do que eu essas leis e fatos que expus aqui, da tribuna, alertando sobre o perigo que está acontecendo em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Cumprimento v.exa. por trazer à tribuna assunto tão importante. E até estranharmos terem passado 30 dias para que esse assunto tivesse repercussão nesta Casa, porque ele mexe de maneira muito forte na economia da região.

Nós estranhamos, deputado Onofre Santo Agostini, como um estado toma medidas dessa profundidade, com essa abrangência, sem um intercâmbio ou uma conversa com os estados aqui da região. E ficamos ainda mais surpresos, pois o governador do Paraná é do mesmo partido político que o governador de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. E essa medida, esse decreto irá repercutir, com certeza, nos dois estados vizinhos do Paraná.

É evidente que somos favorável que o imposto seja menor ou que haja isenção. Agora também somos responsável e entendemos que essa lei veio de maneira meio abrupta. Não sei como foi aprovada sem essa parceria. Onde está o Confaz? O deputado Antônio Carlos Vieira não está aqui, ele que entendeu!

Srs. deputados, quando tentamos fazer baixar no país 0,5% da alíquota de ICMS de um produto foi muito complicado! Lembro-me do trabalho que v.exa. teve, deputado Onofre Santo Agostini, para diminuir o imposto da erva-mate, por exemplo, que é um produto da nossa região que faz parte da cesta básica. Foi um ano de luta! Porque diziam: o Confaz não permite, isso aqui não pode! Era sempre essa história. Mas o Paraná aprova uma lei que isenta praticamente tudo da cesta básica.

É evidente que vamos brigar aqui no estado, deputado Onofre Santo Agostini, para que haja um tratamento isonômico em Santa Catarina. V.Exa. imagine: Porto União e União da Vitória; Mafra e Rio Negro, Dionísio Cerqueira e Barracão, enfim, nessas comunidades que são conurbadas, ou seja, cidades que fazem limite com outra de outro estado, como fica o consumidor de Santa Catarina? Ele até pode passar para o lado de lá e ter vantagem na compra. E aí como é que fica a economia de nosso estado? Porque, evidentemente, quem vai vender carne em Santa Catarina tem que vender mais caro do que o Paraná.

Esse é um assunto importante demais, deputado Onofre Santo Agostini, e a Assembléia deve tomar medidas urgentes. Em primeiro lugar, no sentido de defender o consumidor de Santa Catarina e em segundo lugar, visando defender o empresário e o contribuinte do nosso estado.

Mas quero mais uma vez cumprimentar v.exa. pelo importante assunto que traz à tribuna no dia de hoje.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Agradeço o aparte de v.exa. que, evidentemente, só reforçou minhas palavras, porque é um profundo conhecedor do assunto.

Nós exigimos obras do governo e precisamos de obras em Santa Catarina. Queremos a estrada asfaltada, queremos colégios, queremos isso, aquilo, mas quando tomamos conhecimento de uma lei como essa, deputado Gelson Sorgato, ficamos preocupados, porque é o estado que está em questão. Não é que não sejamos a favor da diminuição dos tributos, somos favoráveis, tanto isso é verdade que a erva-mate foi uma luta deste deputado para convencer o então governador Wilson Kleinübing de incluí-la na cesta básica pagando apenas 7% de imposto.

Porém eu não posso concordar com a maneira como está-se fazendo com a carne, tornando-a inviável ao nosso produtor, numa concorrência desleal com o estado do Paraná. Daqui a pouco isso vai acontecer também com o Rio Grande do Sul, São Paulo, etc. Nós somos favoráveis que diminua toda a carga tributária dos produtos da cesta básica, mas em igualdade de condições para os estados!

Assim não é possível! E o deputado Antônio Ceron questionou muito bem: o que está fazendo o Confaz que não toma providências através de uma lei...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Romildo Titon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, há poucos dias levantamos aqui desta tribuna um assunto de extrema importância, tendo em vista a estiagem que assolava a região do meio-oeste catarinense e, por que não dizer, também todo o estado de Santa Catarina de um modo geral. Falávamos aqui da situação dos nossos agricultores, do prejuízo, da preocupação, do alerta que todos estavam, diante das consequências, do problema que as cooperativas estavam enfrentando e irão continuar enfrentando.

Agora, graças a Deus, choveu, mas não o suficiente para reparar os prejuízos que já haviam sido causados e, sem dúvida nenhuma, a nossa região, a nossa classe produtora, pelo terceiro ano consecutivo, vem atravessando esses momentos difíceis de estiagem.

Quero levantar um assunto aqui, chamar a atenção, deputado Onofre Santo Agostini, que em outras oportunidades já levantou esse assunto neste plenário, pois também atingiu a sua região: agora, quando começou a colheita do feijão, da cebola, estamos tendo um problema muito sério com o ministério do Trabalho, que vem atormentando a vida dos nossos produtores.

Na colheita do alho, da cebola e do feijão, na qual os trabalhos são manuais, braçais, há a contratação de serviço temporário. Muitas vezes os nossos produtores contratam trabalhadores por dois ou três dias para arrancar feijão, e o ministério do Trabalho tem batido forte em cima disso, obrigando todos a fazerem os registros nas carteiras, independentemente do tempo em que irão trabalhar na sua propriedade.

Isso vem causando um desespero muito grande em toda a região produtora. Todos já estão atrapalhados pela estiagem, que lhes causou um grande prejuízo. Imaginem agora, com esta situação de contratar um trabalhador por um, dois, três, quatro ou cinco dias, e terem que registrar na carteira, o que dá uma despesa maior, um custo maior. Além disso, deputado Onofre Santo Agostini, a maioria dos trabalhadores não aceita isso, ou seja, fazer um registro em sua carteira por esse pequeno espaço de tempo.

Penso que a Assembléia Legislativa, a exemplo de outros anos, quando foi capitaneada pelo deputado Onofre Santo Agostini, deveria fazer uma manifestação junto ao ministério do Trabalho, para que haja essa consideração. Poderíamos novamente fazer esse movimento para tentar ajudar os nossos produtores.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Ouço o deputado Onofre Santo Agostini, que muito contribuirá com o nosso pronunciamento.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Parabéns, deputado Romildo Titon, v.exa. levanta um assunto que ao longo da história sempre vimos colocando. Ainda mais deputado, que essa mão-de-obra citada por v.exa. é sem nenhuma especialidade; são trabalhadores braçais - homem, mulher, pobre, rico, remediado, velho, velha - que trabalham temporariamente.

Na vez anterior v.exa. nos acompanhou até o ministério do Trabalho; lá, eles queriam que nós formássemos uma cooperativa de trabalhadores, como o sistema que funciona com os cortadores de cana-de-açúcar no nordeste do país. Mas este é um fato diferente, porque na temporada do feijão, em uma semana eles trazem trabalhadores do estado de São Paulo.

Eu assisti na reportagem que começaram a multar pessoas da nossa região, porque lá havia trabalhadores do estado de São Paulo que vêm de ônibus, trabalham dois dias e vão embora.

Assim a situação se agrava cada vez mais, e quero ser parceiro na preocupação de v.exa., que tem toda a procedência, pois mais uma vez o nosso pequeno produtor está sendo sacrificado.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Agradeço a v.exa., deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V. Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Romildo Titon e dizer que a sua preocupação é procedente, pois levanta um tema muito importante.

A minha região foi duplamente penalizada: pelo ciclone Catarina, depois pela estiagem e pelo preço. Quer dizer, o governo incentivou o plantio de arroz, os agricultores investiram em tecnologia, em máquinas, equipamentos, e dessa maneira quase duplicaram a sua produção. E o que faz o governo?! O governo federal permite a importação um milhão de toneladas de arroz da Argentina e do Uruguai. Lá os juros são subsidiados e isso mata o nosso plantador de arroz.

Então, há problemas em todos os setores. Nós ainda não tivemos coragem de investir na agricultura, no homem produtivo, que trabalha, que produz a riqueza deste país. Enquanto o arroz custa ao agricultor R\$ 21,00 a saca, ele teve que vender o arroz para pagar os custos da produção a R\$ 16,00 a saca, ficando um buraco, um furo sem tamanho. Isso desmotiva, evidentemente, a área produtiva.

Então, eu acho que precisa haver um equilíbrio, precisa haver preço mínimo que garanta ao homem do campo produzir a riqueza deste país e manter-se no campo. Agora, com essas questões de tributação não sei o que vai acontecer; baixar tributo para poder concorrer com outro estado, eu não sei o que vai acontecer. Só sei que se diz que estamos levando comida mais barata ao trabalhador, ao consumidor, evidentemente, nas costas de quem trabalha, que é o nosso produtor, que está sendo penalizado e pagando a conta.

Por isso quero cumprimentar v.exa. e dizer que o tema é fundamental, é importante e nós precisamos levantar essa bandeira com muita força em defesa do homem do campo, do trabalhador rural. Nós devemos levantar uma bandeira permanentemente.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado deputado Manoel Mota pela sua contribuição.

Certamente, todas as colocações que foram feitas contribuíram para o apelo que fazemos ao ministério do Trabalho, pois é um momento darmos as mãos, de ajudarmos aqueles que foram penalizados já pelo terceiro ano consecutivo pela estiagem ou pela chuva de granizo.

Infelizmente, nas últimas três safras o nosso produtor tem levado somente prejuízo. E nesta agora, quando estamos num momento importante, quando uns poucos ainda tentam salvar-se colhendo o pouco que conseguiram produzir devido à estiagem, ao alto custo da produção, à falta de financiamento, surge a pressão por parte do ministério do Trabalho.

Acho justa a fiscalização em cima daqueles que mantêm funcionários sem registro ao longo do tempo, por alguns meses, mas com o nosso produtor que contrata o trabalhador por apenas meio dia, um dia, dois ou três dias, deve haver certa consideração e uma ajuda por parte do ministério do Trabalho, para que possamos ajudar essa classe tão sofrida.

Era o que tinha a dizer, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Clésio Salvaro, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, boa-tarde!

Sr. presidente, na semana passada, na última terça-feira, usamos este espaço para falar sobre a redução da alíquota do ICMS para a indústria cerâmica do estado de Santa Catarina.

Naquela oportunidade abordava que o estado do Paraná e principalmente o estado de São Paulo onde se localiza o maior mercado consumidor da América Latina desse produto, reduziram a alíquota do ICMS de 18% para 12%.

Por isso, justifica-se a nossa emenda aditiva que visa reduzir também a alíquota do ICMS da indústria cerâmica de Santa Catarina de 17% para 12%. Não é para que a indústria cerâmica reformule ou modernize o seu parque industrial ou que se implantem novas plantas, novas indústrias. Absolutamente! É apenas para colocar a indústria cerâmica catarinense em condições de igualdade com os demais estados da federação.

Mas esse foi o assunto abordado na semana passada, um assunto muito comentado porque significa a sobrevivência da indústria cerâmica. Essa indústria que emprega mais de 50 mil pessoas de uma forma indireta e mais de 10 mil pessoas de forma direta em nosso estado e que movimenta uma economia que ultrapassa os R\$ 100 milhões por mês.

Por isso as discussões, por isso os encontros, por isso os debates, principalmente na área técnica do governo do estado, com o secretário Max Roberto Bornholdt, com o Pedro Mendes, com o governador do estado, com os parlamentares, da importância de reduzir-se a alíquota em Santa Catarina.

Agora, o governo tem que optar. Ele pode encaminhar a resolução do problema através de medida provisória; ele pode encaminhar através de decreto do Executivo; ele pode encaminhar um substitutivo global ou pode apoiar a nossa emenda desde que a redução da alíquota do ICMS seja de fato praticada em Santa Catarina na casa dos 12%.

Deputados Valmir Comin, Altair Guidi, Manoel Mota, Julio Garcia, Genésio Goulart, Joares Ponticelli e José Serafim, que são lá da região sul do estado, o empresário da nossa região José Henrique Mezzari, de saudosa memória, é verdade, também pleiteava que o estado de Santa Catarina desse o mesmo tratamento que o estado gaúcho à alíquota praticada para o arroz.

O governador Germano Rigotto beneficiou os rizicultores reduzindo a alíquota do ICMS do arroz praticamente a 12%. Enquanto isso, o estado de Santa Catarina continua praticando uma alíquota bem diferenciada.

José Henrique Mezzari, um grande empresário, um grande empreendedor sempre reivindicou essa redução. Falou comigo; falou também com o deputado Altair Guidi; certamente comentou sobre esse assunto com o deputado Valmir Comin e com os demais deputados da nossa região.

Era um grande empreendedor, mas foi vítima de uma fatalidade! Faleceu sexta-feira, às 11h30min, quando viajava para o estado do Rio Grande do Sul (ia comprar uma fazenda), nas imediações de Taquara, após seu carro se desgovernar e cair num arroio. Com ele viajavam outras duas pessoas; uma se salvou e o corretor de imóveis de uma cidade próxima de Porto Alegre, norte do estado do Rio Grande do Sul, também faleceu.

José Henrique Mezzari era um grande empreendedor e deixa Santa Catarina, deixa a região sul do estado de luto pela morte de um homem tão brilhante, de um homem capaz, pois tudo o que ele colocava a mão virava ouro. Esse era José Henrique Mezzari! Criciúma e a região sul estão de luto!

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Concedo um aparte ao deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Clésio Salvaro, solidarizo-me com as suas palavras na mensagem de pesar pelo falecimento do nosso amigo de saudosa memória, José Henrique Mezzari, um grande empreendedor, que tinha um espírito empresarial muito forte e que gerou milhares de empregos para a nossa região.

Por isso, parabênizo v.exa. por esse gesto.

Também gostaria, neste aparte ao seu pronunciamento, de fazer menção ao passamento do ex-vereador de Lauro Müller, João Nazário, que foi vereador por dois mandatos, inclusive presidente...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos cinco minutos são destinados ao Partido Trabalhista Brasileiro.

(Pausa)

Na ausência de representante do Partido Trabalhista Brasileiro, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Com a desistência do representante do PPS, os próximos minutos são destinados ao P-SOL.

(Pausa)

Com a desistência do sr. deputado Afrânio Boppé, esta presidência informa aos srs. deputados que adentraremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0006/2006, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Florianópolis (instalação da Escola Profissional Feminina da Agrônômica).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 0018/2006, de procedência governamental, que dispõe sobre a criação da Coordenadoria Regional da Fundação do Meio Ambiente, na cidade de Caçador.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Solicitamos aos srs. deputados que se encontram em reunião que, por gentileza, compareçam ao plenário para que possamos realizar a votação nominal. Por se tratar de projeto de lei complementar são necessários 21 votos dos srs. parlamentares para a sua aprovação.

O Sr. Deputado Celestino Secco - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Celestino Secco.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Sr. presidente, percebo aqui, na pauta da Ordem do Dia, a existência de uma informação equivocada, porque este projeto que dispõe sobre a criação da Coordenadoria Regional da Fatma em Caçador não foi votado na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, e sim na comissão de Turismo e Meio Ambiente.

De sorte que gostaria que fosse verificado nos autos se há essa informação equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ao compulsar os autos, estaremos em condições, logo em seguida, de fornecer a v.exa. as informações solicitadas.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - A bancada do PP evidentemente encaminha pela votação favorável do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Esta presidência informa que a votação foi conjunta e assiste a v.exa. razão na manifestação.

Portanto, com o esclarecimento efetuado, colocamos a matéria em votação.

Solicito ao sr. secretário *ad hoc*, deputado Nilson Gonçalves, que proceda à chamada dos srs. deputados para a votação nominal.

O SR. SECRETÁRIO AD HOC

(Deputado Nilson Gonçalves) -	
DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GELSON SORGATO	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA	
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSON MACHADO	
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PAULO ECCEL	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO	sim
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS	sim
DEPUTADO WILSON VIEIRA	sim

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Está encerrada a votação.

Temos 33 votos "sim".

Está aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 0018/2006 em primeiro turno.

Consultamos os srs. líderes sobre a possibilidade de encerrarmos a presente sessão e convocarmos outra logo em seguida para deliberarmos o segundo turno deste projeto de lei complementar e de outras matérias que porventura estejam em condições de ser apreciadas. Teremos também a redação final do Projeto de Lei nº 0006/2006, que votaremos conjuntamente, se houver a concordância.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância, esta presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h40min.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 008ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 2006 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às dezesseis horas e trinta minutos, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - José Serafim - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 0018/2006, de procedência governamental, que dispõe sobre a criação da Coordenadoria Regional da Fundação do Meio Ambiente na cidade de Caçador.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Solicito ao sr. primeiro-secretário, deputado Lício Silveira, que proceda à chamada dos srs. parlamentares para que possamos colher os votos.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria em segundo turno e os que votarem "não" rejeitam-na.

O SR. PRIMEIRO-SECRETÁRIO (Deputado Lício Silveira) -

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ

sim

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

sim

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

sim

DEPUTADO ANTÔNIO CERON

sim

DEPUTADO CELESTINO SECCO
DEPUTADO CESAR SOUZA
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS
DEPUTADO GELSON MERISIO
DEPUTADO GENÉSIO GOULART
DEPUTADO GELSON SORGATO
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI
DEPUTADO JOARES PONTICELLI
DEPUTADO JORGINHO MELLO
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM
DEPUTADO JULIO GARCIA
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA
DEPUTADO MANOEL MOTA
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NELSON GOETTEN
DEPUTADO NILSON GONÇALVES
DEPUTADO NILSON MACHADO
DEPUTADA ODETE DE JESUS
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI
DEPUTADO PAULO ECCEL
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA
DEPUTADO RENO CARAMORI
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA
DEPUTADO ROMILDO TITON
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM
DEPUTADO VALMIR COMIN
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS
DEPUTADO WILSON VIEIRA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encerrada a votação.

Temos 34 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0009/2006, de procedência da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, que altera a Lei nº 13.669, de 2005, que fixa o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

sim Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

sim Em votação.

sim Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

sim Aprovado.

sim Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução nº 0001/2006, de procedência da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, que altera dispositivos da Resolução nº 01, de 2006, que dispõe sobre a organização administrativa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

sim Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

sim Em discussão.

sim (Pausa)

sim Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

sim Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

sim Aprovado.

sim Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução nº 0002/2006, de procedência da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, que altera dispositivos e anexos da Resolução nº 02, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

sim Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

sim Em discussão.

sim (Pausa)

sim Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

sim Em votação.

sim Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

sim Aprovado.

sim Esta presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h51min, para a votação da redação final das matérias aprovadas na sessão anterior.

sim Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 009ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 2006 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às dezesseis horas e cinquenta e um minutos, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva -

Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - José Serafim - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson

Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO WILSON VIEIRA - Comenta atitude de comandante da Polícia Militar de Joinville, que teria mandado lacrar uma base operacional no bairro Jardim Paraíso.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Expressa sua discordância do fechamento da base operacional da Polícia Militar em bairro de Joinville.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Responde às críticas do deputado Joares Ponticelli ao governador e exalta as obras estaduais no sul do estado.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Reporta-se à inauguração das obras de reforma do Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, de Lages; discorre sobre o instituto da reversão no serviço público estadual.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Apóia a adoção do instituto da reversão para a área da segurança pública do estado.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Manifesta-se acerca das melhorias para os servidores da área da segurança pública.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO (aparte) - Opina pela importância do instituto da reversão no serviço público.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Comenta a entrevista do governador na TV e discorre sobre os investimentos do governo federal em Santa Catarina.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA (aparte) - Afirma que o governo do estado não divulga a participação do governo federal nas obras construídas em parceria.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Manifesta-se acerca de propaganda veiculada durante o governo de Esperidião Amin.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Critica o governo do PT e sua forma de atuação.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Refere-se à influência do PFL no governo do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

A ata da sessão anterior será lida na sessão extraordinária de amanhã.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0006/2006.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0018/2006.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0009/2006.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução nº 0001/2006.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução nº 0002/2006.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Wilson Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos prestigia, funcionários deste Poder, telespectadores da TVAL, no final da semana passada aconteceu um fato que chamou a atenção de toda a cidade de Joinville, porque estamos vendo e observando o governo, em sua campanha publicitária, pregar ao povo catarinense que está investindo R\$ 60 milhões na área de segurança pública, criando um contra-senso com aquilo que o governo vem praticando. Se ele investe R\$ 60 milhões na área de segurança pública, nós deveríamos ver se esse dinheiro está sendo utilizado em aplicação de efetivo, em armamento, viaturas, coletes à prova de balas, enfim, toda a infra-estrutura que a Polícia Militar e a Polícia Civil necessitam. Deveriam estar ocorrendo grandes investimentos nessa área, já que o governo diz que está investindo R\$ 60 milhões na área de segurança.

Ao contrário disso, a Polícia Militar foi a um bairro chamado Jardim Paraíso e resolveu, sem a menor explicação, fechar o posto policial, a base policial que lá existe há anos, construída pela comunidade. E, o que é pior, está dizendo que é para melhorar a situação, para atender melhor aquela população. A população reagiu, porque é bastante organizada, e foi para cima do comando.

Assim sendo, ontem tivemos uma reunião no Center Norte e lá o coronel Bill Farney falou, tentou explicar que o fechamento seria temporário, que a base não seria fechada, que aquilo se tratava apenas de uma operação de impacto. Se é uma operação de impacto, por que fechar a base? Por que retirar telefones, retirar armamentos, retirar toda a estrutura que havia lá na base? Por que fechar a base da forma como foi fechada? Se era para a base estar fechada só durante a operação de ação que a Polícia Militar implementou, não precisaria, na verdade, fechar a base, bastaria deixar um policial lá cuidando daquele armamento, cuidando de tudo o que há lá dentro, mas não fechar da forma como foi fechada.

Essa é uma demonstração clara de que realmente a intenção do governo e da secretaria da Segurança é a de fechar as bases de Polícia que existem nos bairros. É um projeto antigo que o governo há muito tempo vem tentando aplicar, tomando o Jardim Paraíso como exemplo, como modelo, na minha opinião.

E o coronel, ontem, tentou explicar, mas quanto mais ele falava, mais sentíamos que ele mentia, mais sentíamos que ele não estava falando a verdade e que de fato o objetivo era fechar aquela base. De tal forma que nós percebemos claramente, pelas contradições nas respostas, que ele estava mentindo. Primeiro, disse que fechou a base durante a operação e que o fechamento seria de poucas horas. Só que a operação não será de poucas horas, a operação será longa, será durante semanas, meses. Portanto, a base não estaria fechada durante alguns minutos, mas seria fechada durante o período da operação.

De fato observamos que realmente está faltando para alguns comandantes da Polícia coerência naquilo que fazem, lógica e, principalmente, um momento para ouvir a comunidade. Nem o Conseg, deputado Nilson Gonçalves, foi ouvido ou foi informado disso, nem os policiais da base. Houve um policial que chegou lá e encontrou a base fechada e o seu emprego foi para o espaço, não tinha onde trabalhar e ficou na dúvida do que fazer. Mais tarde soube, através dos moradores, que a base estava fechada.

A Polícia Militar não é desorganizada dessa forma, ela é muito organizada e não age dessa forma como ocorreu em Joinville. Se agiu assim, é porque realmente houve algo mal feito, houve má intenção, a intenção de fechar e depois não deram uma explicação adequada que pudesse convencer a população. A população não saiu convencida e muito menos este deputado, até porque senti claramente que tudo que aconteceu lá foi uma série de irregularidades, de tropeços e equívocos. Sabemos que a Polícia não tem essa prática de cometer esses erros. O que aconteceu é que houve a intenção de fechar a base, o que acabou não tendo sucesso.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Dentinho, v.exa. toca em um assunto muito preocupante para todos nós, de Joinville, pois tanto v.exa., também fui tomado de surpresa pelo fechamento daquela base.

Nós sabemos que não é de agora que existe essa intenção de desativar esses postos, coisa com a qual eu não concordo também. E a desativação desse posto da polícia no bairro Jardim Paraíso, que fica logo na entrada, que dava uma sensação de segurança ao morador, causou-me muita estranheza. E todos foram tomados de surpresa, não só a população, como os próprios policiais.

No meu modo de entender, acho que existe por parte da Polícia Militar, e até neste ponto discordamos, uma preocupação no sentido de melhorar o policiamento. Só que há um equívoco muito profundo por parte da cúpula em querer desativar esses postos para torná-los mais eficazes. Acho que seria eficaz se esses postos fossem dotados de condições de policiamento, porque como está realmente está difícil, pois fica apenas um policial lá dentro do posto sem uma utilidade específica.

O que precisaria era que esses postos fossem minicentrais de atendimento, ou seja, nesse posto teria que haver um número suficiente de policiais que saíssem da sua base para policiar o bairro e depois voltassem a sua base de uma forma bastante objetiva e dando a segurança que a população tanto precisa.

A sua preocupação é idêntica à minha e no primeiro momento ficamos mais tranquilos porque vemos que foi reativado o posto. Agora, não adianta tão-somente reabri-lo, tem que dar também aos policiais condições de trabalho e dotar o posto de mais policiais para que a população tenha realmente segurança.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Deputado Nilson Gonçalves, o que mais me impressionou foram as frases que o comandante usou ontem diante da imprensa, deste deputado e de diversas pessoas da comunidade. Chegou a dizer que a idéia de lacrar a base era para impedir que funcionasse durante as duas ou três horas de operação. Agora, fechar a base para fazer operação malha fina, a fim de evitar fuga de policiais que estariam fugindo da operação é, no mínimo, um absurdo! O comandante admite que não tem comando sobre os seus policiais, que os seus policiais não cumprem ordem! E ele disse mais: de repente, alguém sente vontade de ir ao banheiro, retorna ao posto, liga a televisão, tira o sapato e fica por ali mesmo.

Que espécie de Polícia nós estamos tendo hoje em Joinville ou em Santa Catarina? O comando estabelece uma operação, uma espécie de força-tarefa, como diz ele, uma operação especial de impacto e fica preocupado em fechar a base para garantir que os policiais não se escondam, fugindo de suas obrigações?!

Duvido que um policial faça isso! Ainda mais numa situação de operação especial que estava sendo implementada lá com diversas viaturas, bicicletas, cavalaria, GRT e tudo o mais. Como admitir que o comandante fale o que falou?

Vou até ler novamente a matéria que foi dada no jornal *ANotícia*: "A idéia de lacrar a base seria para impedir o funcionamento durante duas ou três horas de operação de malha fina, para evitar a fuga dos próprios policiais, que de repente alguém sente vontade de ir ao banheiro, retorna ao posto, depois liga a televisão, tira o sapato e fica por ali. E é isso que nós queremos evitar."

Eu não consigo admitir que um comandante tenha dito esse tipo de frase, embora tenha ouvido pessoalmente. É inadmissível o comandante admitir tamanha falta de comando. Ele deve estar perdido na sua função, não tem capacidade para ser comandante. Alguma coisa está errada com esse cidadão, porque realmente houve um equívoco, ele atravessou e atravessou feio, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos dão a honra de participar desta sessão, quero cumprimentar o sr. Murilo, presidente do sindicato das auto-escolas de Santa Catarina.

Quero dizer como é bom ouvirmos os parlamentares tecerem algumas críticas desta tribuna, e eu não poderia deixar passar em branco aquilo que o deputado Joares Ponticelli fez, sempre com a mesma fita, com o mesmo disco e com a mesma agulha que ainda não gastou a ponta, mas continua sempre batendo no governo, desestabilizando-o. É um desespero a toda prova.

Anteontem, o deputado Joares Ponticelli esteve no Rádio Araranguá tecendo alguns comentários que não eram outra coisa senão falar mal do governo, mas acho que se perdeu porque acabou entrando na vida familiar deste deputado. Em nenhum momento entramos nesse campo, na vida familiar. Ele fez algumas considerações da minha vida familiar e seu entresse na vida familiar ficaria muito ruim esse desdobramento. Então, ele costuma sempre fazer assim, não coloca a bola na trave, fica sempre por cima e continua não fazendo os gols que são necessários. E aí o desespero surge a cada instante, cada vez mais. E ele vem aqui, faz um esforço fora do comum para tentar fazer a sociedade, principalmente aqueles que assistem à TVAL, acreditar que é verdadeiro aquilo que é colocado. Nós somos obrigados a resgatar a verdade e por isso estamos aqui.

Na semana passada, o governador Luiz Henrique da Silveira, um governador moderno, um governador comprometido com a sociedade catarinense, entregou a ordem de serviço da obra que liga Lauro Müller a Treviso. Depois inauguramos, juntamente com a senadora Ideli Salvatti, a primeira etapa do aeroporto de Jaguaruna, parceria feita entre os governos federal e estadual. A senadora estava representando o governo federal. Foi uma coisa linda. A pista é uma das maiores do sul do Brasil, é maior do que a de Florianópolis e a de Porto Alegre, deputado Vânio dos Santos. Lá também foi citado o nome de v. exa., naquele momento histórico e inesquecível. Tive que deixar o meu carro a um quilômetro de distância, não pude chegar de tanta gente que tinha. Os carros ficaram trancados e tivemos que andar um quilômetro a pé. Tinha muita gente, foi um evento muito prestigiado.

E já foi lançado o projeto da segunda etapa. O governo já fez o convênio da segunda etapa para que possamos ter, nessa parceria, o aeroporto regional da região sul e desenvolver aquela região.

Então, o deputado Joares Ponticelli tem razão de sobra de se desesperar. Foram governo, foram incompetentes, não realizaram as obras e agora só servem para fazer críticas. Não têm pro-

postas e não tinham. Já ganharam o outro governo fazendo críticas e agora continuam porque não têm propostas para apresentar à sociedade e só têm uma coisa a fazer, que é criticar.

Mas a população cansa das críticas e por isso quanto mais batem, mais o governo cresce, mais a sociedade reconhece o bom governo que fazem Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira.

O deputado Joares Ponticelli tem razão de sobra de estar desesperado. Olhem bem, o presidente de honra do PP, o presidiário Paulo Maluf, afirmou ontem que pretende voltar ao cenário político. Vai-se candidatar a governador do estado de São Paulo ou a deputado federal. Será que o ex-governador Esperidião Amin irá apoiá-lo nesse movimento? Ele sempre apoiou os movimentos. Mas há um problema: será que irá abandoná-lo, como fez em 1998 na campanha presidencial, quando deixou Maluf e apoiou Collor?

Então, nós temos alguns episódios aqui em Santa Catarina para marcar muito fundo toda a história do nosso estado. E aí fica mais desesperado o deputado Joares Ponticelli.

Vejam: o líder do PP na Câmara Federal, deputado José Janene, está desaparecido há três meses! Ele foi acusado de participar ativamente do "valerioduto". Janene, que segundo a sua assessoria tem problemas cardíacos, poderá ser aposentado por invalidez. O presidente da Câmara, Aldo Rabelo, não está acreditando e já solicitou a ida de uma junta médica ao litoral do Paraná para examinar o parlamentar.

Quer dizer, está três meses desaparecido depois de ter sido acusado do recebimento de R\$ 7 milhões do "valerioduto"! Aí só tem que se desesperar.

O desespero é maior do deputado Joares Ponticelli, quando vê nos jornais notícias assim:

(Passa a ler)

"Corrêa preferiu não acompanhar a leitura do relatório. O advogado Eduardo Ferrão, responsável pela defesa, afirmou que o caso não é semelhante ao dos demais envolvidos no caso do mensalão. Afirmou que o deputado atuou como presidente do partido, não ferindo, assim, o decoro parlamentar."

Então, ele afirma que era apenas o presidente do partido, que não atuou como deputado. Atuou como presidente, em nome do partido. Quer dizer, envolvendo todo o partido. Assim afirma o advogado de Pedro Corrêa.

O deputado Joares Ponticelli tem razão de sobra para desespero e acaba se atrapalhando: vai bater a bola, não chuta em gol, não faz gol. Eu tenho cansado de dizer que o PP tem grandes deputados, boas pessoas, tem boa defesa mas não tem ataque.

Aqui o deputado Joares Ponticelli não tem ataque. Não faz gol, só bate e coloca para fora. Mas acho que há uma solução pelo menos para Brasília: o Romário vai-se candidatar a deputado federal pelo PP e quem sabe lá em Brasília pode fazer gol, porque aqui o deputado Joares Ponticelli tem que ser substituído porque não sabe fazer gol, só chuta a bola para fora.

Então, acho que é preciso que nós, como políticos, respeitemos aqueles que venceram as eleições através do voto democrático. Santa Catarina escolheu, soube escolher e o PMDB ganhou as eleições.

Não adianta esperar para lá, para cá, tem que bater palmas para quem é competente como Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira, que estão fazendo um governo sério, um governo realizador, um governo comprometido com Santa Catarina, com o povo catarinense.

É isso que está-se vendo nos quatro cantos do estado e é por isso que, às vezes, as pessoas aqui se desesperam. Por quê? Porque estavam com o governo nas mãos, o deputado Joares Ponticelli era o líder da bancada, mas foram incompetentes e perderam as eleições. Agora não adianta, tem que aplaudir quem tem competência, quem tem criatividade, quem realiza,

quem busca as grandes ações.

Ele disse que eu sonho e depois venho para cá com os meus sonhos. Mas ele estava lá na entrega da primeira etapa da pista. Acho que ele tinha que vir aqui e pedir desculpas por aquilo que disse, porque o sonho era o asfalto preto onde cinco aviões pousaram no dia da inauguração. E hoje pode pousar uma aeronave de qualquer tamanho do Brasil ou do mundo naquela pista.

Vamos ter um grande aeroporto para o desenvolvimento da região sul e vamos ter, para o desespero de muita gente, a ligação de Lauro Müller à serra do Faxinal, que vai diminuir em 200 quilômetros a distância até Canela e Gramado. E para o deputado Joares Ponticelli se desesperar um pouco mais, teremos a construção da Interpraias. Quem sabe eu esteja sonhando. Mas acho que é verdade e aí o desespero vai ser total.

Não adianta, quem é governo e sabe governar, sabe administrar para o povo, tem que ser aplaudido e é isso o que acontece com Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o deputado Sérgio Godinho, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de, hoje, neste meu pronunciamento fazer referência à cidade de Lages e, pontualmente, ao Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, o maior hospital da região serrana, que atende 20 municípios, pois Lages é a cidade mãe, a cidade pólo da saúde da região serrana.

E lá tivemos a inauguração do centro cirúrgico: um centro moderno, um centro que vem atender a demanda da região do ponto de vista quantitativo e também do ponto de vista qualitativo. Equipamentos novos, salas novas, reforma do prédio, um ambiente extremamente saudável, receptivo para aquelas pessoas que para lá se dirigem para tratamento de saúde.

Para lá acorreram diversas autoridades e também o governador do estado. O nosso envolvimento com aquela inauguração se deu porque solicitamos ao governador que fosse feita a reforma, juntamente com todas as autoridades da região serrana. Fomos contemplados com um investimento de mais ou menos R\$ 500 mil para a reforma do hospital.

Quando fizemos esse pedido, solicitamos também que fosse feita a reforma da ala velha do hospital, as chamadas Alas R1, R2, R3 até a Ala R9, que são as mais antigas, ainda com piso de madeira e onde não existem condições mínimas de higiene, de assepsia, devido à estrutura, ao material utilizado nos pisos e nas paredes. Existe um andar que tem mais de 200 leitos e que conta com apenas dois banheiros. Então, é lastimável que ainda encontremos uma situação dessa natureza.

Fizemos o pedido ao governador do estado, e sua excelência prometeu liberar R\$ 2 milhões para aquela reforma. Esses pleitos têm passado diretamente pelo deputado Fernando Agustini (Coruja) e pela dra. Carmem Zanotto, que são o elo de ligação entre os nossos pedidos e a região serrana.

O governador, segundo palavras suas, já esteve na região serrana 72 vezes atendendo pedidos, acompanhando as nossas solicitações, acompanhando, deputado Vieirão, os problemas da região. Num total, segundo o governador, já fez 1.300 viagens ao interior do estado. O governador verdadeiramente é uma pessoa que acredita na descentralização, é um cidadão que está atendendo pontualmente.

E quando fiz aqui, no mês passado, algumas colocações com relação às regionais, eu questionava o seu funcionamento. Mas pontuava a importância deste governo e deste governador pelas suas ações pontuais, por ele, por ação dele, por participação dele, por atendimento dos nossos pleitos a ele feitos. As regionais deixam a desejar quando os pedidos são direcionados a elas.

Mas quanto ao governador do estado, nós não temos uma assiduidade na reclamação, tendo em vista a assiduidade, a sua presença sempre assídua na região. Então, tivemos e teremos talvez mais investimentos do governo com relação à saúde na cidade de Lages.

Sr. presidente e srs. deputados, o Hospital Nossa Senhora dos Prazeres tem também o setor de psiquiatria que é uma vergonha, é um setor altamente arcaico, um verdadeiro depósito de pessoas com doenças mentais. Trata-se de um lugar inadequado, apertado, com cubículos pequenos, deixando assim uma mácula na saúde do estado de Santa Catarina, deixando uma tristeza muito grande em todos nós, seres humanos, em todos nós, que moramos numa cidade que, conforme citei no início, é referência para uma região que tem uma população de mais ou menos 200 mil pessoas.

Então, o Hospital Nossa Senhora dos Prazeres é administrado pelas irmãs da Divina Providência, que têm feito um trabalho maravilhoso. Alguns avanços têm sido conseguidos através de pedido que contou com a nossa participação como deputado estadual. Na verdade, são conquistas muito necessárias e eu até diria que é o resgate de uma dívida dos políticos, da prefeitura de Lages, de todos aqueles que passaram por cargos nos quais tiveram o poder de mudar e de melhorar as condições de atendimento de um nosocômio, que tem uma ala, a R9, que está em estado lastimável, como já citei antes.

Eu queria também me manifestar com relação ao Projeto de Lei nº 0008/2006, do qual sou relator, que dispõe sobre o corpo voluntário de inativos da segurança pública. Fiz o meu relatório hoje à comissão de Constituição e Justiça, no qual peço a supressão do item que fala em voluntário remunerado.

Voluntário, pelo que se entende, não deve ter remuneração. Faço essa reflexão, pedindo que seja criado, através de um outro projeto, o instituto de reversão, que permite que o funcionário público estadual de todos os setores possa ser reintegrado no serviço público, quando quiser contribuir mais com o estado. Essa contribuição se dará de forma não remunerada, pois perceberá nada além daquilo que já ganha, ficando apenas garantido a ele o benefício do pecúlio, do atendimento à saúde que ele deixa de pagar. Mas ele tem a oportunidade de voltar ao serviço público, de contribuir, de trabalhar, de sair da ociosidade, tendo talvez alguns ganhos normais do trabalho.

A criação do corpo voluntário inativo é importante, mas com a remuneração de 30% nós criaríamos uma expectativa muito grande, uma atração muito grande, permitindo que todo aposentado viesse para o serviço público. Se permitirmos esse ganho financeiro, nós encheremos o serviço público de inativos, não propiciando mais a oportunidade de concurso público e criando um impasse.

Assim, creio que essa remuneração prejudica o projeto como um todo porque cria um atrativo muito grande, dificultando que o governo futuramente venha a fazer concurso público. Privilegia o governo, possibilita um ganho financeiro ao governo, mas prejudica o ingresso de jovens no serviço público, principalmente na segurança pública.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado Sérgio Godinho, tenho acompanhado a sua persistência na luta em defesa desse projeto, que eu acho importantíssimo. O instituto da reversão já está previsto na Lei Orgânica da Polícia Civil, mas com o advento da Constituição de 1988 subentendeu-se que estaria revogado, apesar de não existir nenhuma norma explicitando isso.

Como bem colocado já pelo nobre deputado, existem algumas decisões judiciais em alguns estados, parece-me que até no Supremo, entendendo a possibilidade da aplicação do instituto da reversão. É um instituto próprio, é um instituto interessante, e nós discutimos isso com policiais que estavam presentes na Assembleia Legislativa.

Também reconheço que com esse corpo inativo, se houver incentivos diferenciados para quem ganha mais ou para quem ganha menos, nós estaremos criando uma injustiça. E com a reversão, com o retorno do policial aposentado à atividade com os mesmos direitos daquele que está na atividade, ele será beneficiado.

Então, concordo com v.exa., não podemos ter critérios diferenciados, valorizando mais um ou outro. Todos são importantes e tendo o retorno assegurado, devem ser garantidos os mesmos direitos a todos os servidores, sejam eles investigadores, comissários, delegados, oficiais ou soldados. É importante sua colocação e o instituto da reversão abrigaria todos os policiais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Agradeço o aparte de v.exa.

Quero salientar que a Medida Provisória nº 2.225 passou a regulamentar, para todo o governo federal e o estado, o instituto da reversão. Pedimos que seja acatada aqui; o deputado João Henrique Blasi, inclusive, pediu vistas. O deputado Vânio dos Santos...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Onofre Santo Agostini.

(Pausa)

Na ausência do deputado Onofre Santo Agostini, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

Enquanto o deputado se dirige para a tribuna, queremos aproveitar a oportunidade e transmitir os nossos parabéns ao prefeito de Joinville, Marco Tebaldi, pelo seu aniversário no dia de hoje. É um prefeito brilhante, que marcou um golaço neste final de semana, trazendo para Joinville a equipe do cantor Daniel, que fez uma partida de futebol beneficente com vários jogadores importantes de outras épocas, dentre eles o Valdo, o Nunes, do Flamengo; o Lico, do Joinville; o Falcão, do futebol de salão, etc.

Conseguimos proporcionar, com essa iniciativa, mais de 16 toneladas de alimentos para entidades beneficentes. Este foi o golaço do prefeito Marco Tebaldi, marcado no domingo e hoje ele está fazendo aniversário. Transmitimos daqui, através da Assembleia Legislativa, os nossos parabéns e votos de muita felicidade.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, nós tivemos, hoje, além de uma série de discussões e debates com colegas policiais, uma audiência com o sr. governador sobre a nossa preocupação - que tem sido também a constante do deputado João Henrique Blasi - envolvendo alguns direitos para os policiais, principalmente sobre a questão da aposentadoria, regulamentada pela Lei Federal Complementar nº 0051, que hoje beneficia a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal, mas que, infelizmente, não beneficia os policiais civis de Santa Catarina.

A aposentadoria especial é um benefício que tem direito aquele funcionário que tem 30 anos de contribuição, sendo, no mínimo, 20 anos de atividade policial, que é um trabalho desgastante e estressante. Portanto, esse benefício é uma questão de justiça e deverá ser implementado para os policiais civis.

Falamos também com o sr. governador a respeito da preocupação com o grande número de policiais que poderiam ser beneficiados, mas que deixaram as suas atividades. E nós argumentamos que o policial está buscando hoje, na questão da aposentadoria, um respaldo legal, porque ele trabalha sem essa perspectiva, amparado pela lei previdenciária da CLT. E não podemos

utilizar para a classe dos policiais os mesmos critérios usados para os laicos, por causa do problema da periculosidade, da dificuldade, do estresse, pois todos os estudos médicos e as pesquisas demonstram o quanto é desgastante e prejudicial à saúde a atividade policial.

Verificamos, hoje, desta tribuna, o nobre deputado Dionei Walter da Silva relatar alguns casos de excessos que, infelizmente, ocorrem. Isso pode acontecer por causa da personalidade do policial, por algum desvio que possa ter, às vezes por estresse, por cansaço. Temos dado para Santa Catarina a melhor Polícia do Brasil. Precisamos continuar mantendo esse patamar, mas para isso precisamos investir em nosso policial.

Recebi e analisava neste final de semana a avaliação feita do programa do Sistema Único de Segurança Pública, implementado e acompanhado pelo governo federal, na busca de uma melhor segurança para o nosso país.

Por isso entendo que, na questão da aposentadoria, há essa preocupação da administração estadual quanto ao excessivo número de policiais que poderiam sair. Mas seria, se ocorresse, por questão de justiça, por questão de ter cumprido com a sua obrigação para com o estado de Santa Catarina e por um direito que não pode ser retirado da classe dos policiais.

Assim, colocamos a importância desse projeto e o governador conversou, inclusive, com o deputado João Henrique Blasi, que tem sido um defensor e tem buscado uma solução. Acredito que estamos nas conversas finais para que possamos trazer, através do governo do estado, esse projeto para a Assembleia Legislativa e assim darmos, por uma questão de justiça, esse atendimento a todos os policiais.

Muitos policiais não vão pedir a aposentadoria porque, hoje, quase 40% da remuneração do policial é relativa às horas extras e ao adicional noturno. Essa incorporação será uma segunda busca feita pela categoria para que o policial, ao cumprir a sua missão para com o estado de Santa Catarina, possa desfrutar dos seus anos de aposentadoria, da sua inatividade com a sua família e em condições de continuar dando a ela toda a sua proteção.

Então, a aposentadoria é mais um direito que alguns vão buscar logo após a aprovação dessa lei. Mas muitos, com certeza, aguardarão o respaldo de outros direitos. E como bem tem colocado aqui todos os deputados, especialmente o deputado Sérgio Godinho, na questão da reversão, o policial com menos de 60 anos de idade, que venha a alcançar a aposentadoria por ter cumprido o interstício necessário para ser amparado pela lei, poderá, querendo utilizar os benefícios dessa mesma lei, continuar na atividade.

Existe também a preocupação dos servidores na questão do abono salarial, que deverá ser implementado, segundo informações do próprio sr. governador. Aconteceram discussões e reuniões com o Sinprasc e com a Aprasc, acerca da possibilidade de utilização dos fundos para cobrir esse abono aos nossos policiais.

Eu sou frontalmente contrário a qualquer tipo de extinção dos fundos, porque têm proporcionado a evolução tecnológica das delegacias de polícia, como também a melhoria das condições de trabalho do nosso policial. Têm que ser mantidos, adaptados e melhorados.

Mas se for necessária a aplicação, em caráter excepcional, de alguma verba do fundo para investir no maior patrimônio na área da segurança pública, que é o nosso servidor, o nosso policial - e queremos que ele tenha um treinamento, que seja preparado, que esteja psicologicamente em condições de dar assistência ao cidadão -, seremos favorável, a fim de que efetivamente seja cumprido o compromisso assumido, principalmente porque esse abono atinge o investigador, o escrevente, o comissário, o escrivão, não atingindo os delegados de polícia, mas aqueles que têm um salário, uma remuneração inferior dentro da escala, dentro da padronização da nossa Polícia Civil.

Falamos sobre isso e buscamos uma solução, assim como temos vários outros benefícios a ser implementados. Quanto à questão das promoções, hoje temos uma lei totalmente burocratizada. Tínhamos doze artigos no estatuto e passamos para uma lei complementar com 72 artigos, nos quais se colocam todas as dificuldades para que haja a valorização do policial.

Já recebi um documento, um estudo feito por policiais civis e discutido também pelo Sintrasp, para que com poucos artigos possamos implementar a lei de promoções, não ficando como hoje, quando temos policiais com 12, 15 anos de serviço sem ter recebido uma promoção ou mais de uma promoção.

Temos que desburocratizar os entraves criados ao longo da história, que dificultaram a valorização e o reconhecimento da atividade desenvolvida pelo policial. Temos a oportunidade de, neste momento, fazer nesta Casa, com o apoio do líder do governo, deputado João Henrique Blasi, as mudanças necessárias que vão valorizar e fazer aquilo que todo o cidadão quer, ou seja, melhorar a qualidade do atendimento na ponta, onde precisamos efetivamente do policial tranqüilo, sem preocupações salariais ou com a sua situação funcional. Que ele saia de casa com a sua cabeça livre para pensar e atender bem a questão da segurança pública.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Quero mais uma vez dizer da importância, deputado Mauricio Eskudlark, do estado preencher a falta de policiais civis. Temos falta de mais ou menos 80 delegados de polícia no estado de Santa Catarina. Só nas comarcas estão faltando 30.

Esse processo de reversão, que estou solicitando que seja aprovado, viria, de forma magnífica, preencher rapidamente o quadro, tendo em vista a categoria dos delegados ter interesse no processo.

Então, nós poderíamos ter do dia para a noite em muitas delegacias de cidades como Alfredo Wagner, por exemplo, que está sem delegado, um delegado experiente dentro do processo de reversão, processo este que beneficiaria o estado e também o delegado, dando essa oportunidade para aqueles que querem. Porque se for criado um atrativo financeiro, como dentro do corpo de voluntários inativos, onde existe uma expectativa de melhoria no valor financeiro, seria muito mais prudente que adotassem o instituto da reversão.

Existe a Lei Federal nº 9.608, que já dispõe sobre o serviço voluntário e ela diz: "considera-se serviço voluntário para fins desta lei, atividade não remunerada". Então aí é que vem o perigo de não serem formados novos policiais, pois eles estão faltando no estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves da Silva) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até 10 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha através da TVAL, funcionários desta Casa.

(Passa a ler)

"Primeiramente quero registrar a minha surpresa com a postura do governador Luiz Henrique numa entrevista concedida à televisão esta semana. Estava assistindo à televisão e entre o *Big Brother* e a entrevista do governador Luiz Henrique, preferi assistir à entrevista e fiquei muito surpresa.

Nosso governador, sem qualquer traço de vergonha - e faço questão de lembrar que o apoiamos quando disputava o segundo turno das eleições em 2002 -, demonstra um rancor

impróprio em relação àqueles que foram seus aliados. Da forma que ele respondeu as perguntas, inclusive, da participação popular, foi muito agressivo, irônico, algumas vezes, e até um pouco descontrolado para minha surpresa. E de uma forma muito injusta acusa o governo federal de não enviar os recursos para o estado de Santa Catarina.

Em primeiro lugar, quero recordar, deputado João Henrique Blasi, o memorável comício aqui em Florianópolis, na praça da Alfândega, quando o candidato Lula veio manifestar o seu apoio ao candidato Luiz Henrique. Eu estava presente no palanque, em que petistas e peemedebistas lutavam pelo mesmo objetivo: derrotar Esperidião Amin e o domínio da direita no estado de Santa Catarina.

Desta tribuna é minha obrigação referir ao governador Luiz Henrique que o candidato Lula, o mesmo que contribuiu na eleição do PMDB no estado, junto com os votos dos petistas, não deixou Santa Catarina sem recurso, não!

Essa afirmação, na entrevista do governador, não é verdadeira! Segundo dados do ministério do Planejamento, nos últimos três anos do governo FHC, Santa Catarina recebeu verbas federais na ordem de R\$ 6,4 milhões. Já nos três anos do governo Lula, dados do ministério comprovaram que os repasses aumentaram 55%, somando um total de R\$ 10 milhões enviados aos catarinenses.

No governo do PT, os investimentos são efetuados sem discriminação partidária, o que no caso do nosso estado seria até incoerente, já que parte do PMDB é da base governista no Congresso Nacional.

Para garantir o desenvolvimento social e o crescimento econômico do estado de Santa Catarina, o governo Lula financia não apenas a duplicação da tão sonhada BR-101, a reestruturação dos aeroportos, a modernização dos portos do estado de Santa Catarina, programas sociais que asseguram mais de R\$ 7 milhões ao mês para a população mais carente através do bolsa família, mas também obras pontuais, como a SC-282, principalmente aquela parte que já está pronta e que foi mencionada pelo governador."

O estado investiu, mas o governo federal investiu R\$ 12 milhões para a sua realização. Se a SC-282 não está concluída é devido a uma ação no Tribunal de Contas da União que ainda não foi realizada, mas o Batalhão de Infantaria da cidade de Lages está realizando a obra.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Deputada, quero cumprimentar v.exa e fazer um relato de duas situações.

A primeira delas ocorreu na cidade de São Francisco do Sul, onde um evento de inauguração, alguma coisa aconteceu no porto de São Francisco do Sul. O deputado Carlito Merss dirigiu-se, na oportunidade, à cerimônia e ficou pasmo com a quantidade de faixas, placas e mensagens sobre a obra como se ela fosse do governo do estado, inclusive da descentralização. É muito embora mais de 70% dos recursos sejam federais, não havia nenhuma alusão a esse fato. O deputado se retirou e foi para uma outra atividade.

O mesmo quase aconteceu no aeroporto de Jaguaruna. A senadora Ideli Salvatti ficou sabendo da inauguração porque um empresário da região ligou perguntando se viria alguém do governo federal.

Então, acho que além de toda essa situação de ignorar ou tentar passar para a sociedade que o estado não recebe recursos, não ocorreu só na entrevista, mas também acontece nas ações concretas. Eu já estive em cidades onde as pessoas dizem que um determinado deputado levou o projeto que instalou a luz, ou seja, que deu luz para as pessoas do interior! Como se o deputado tivesse feito e não dizem que ali foram aplicados 35% de recursos a fundo

perdido do governo federal e mais 20% de financiamento a longo prazo.

Quer dizer, falta ética e seriedade no trato com a coisa pública, em relação a quem está investindo muito mais do que os governos anteriores no estado de Santa Catarina, em vários aspectos. Posso citar o projeto de duplicação da BR-280, que fica pronto ano que vem, que é totalmente financiado pelo nosso governo.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado.

Quero também ressaltar o programa Luz para Todos, que está sendo muito importante no estado de Santa Catarina, dando alegria, inclusive, para quem não tinha a possibilidade desse projeto.

Outro projeto que o governador citou foi o Samu, que é do ministério da Saúde. Em nenhum momento mencionou o governo federal. Nem precisava falar no presidente, mas não mencionar o governo federal, acho uma falta de ética! E a maneira como se referiu aos telespectadores foi de forma agressiva e descontrolada.

(Continua lendo)

"Também quero ressaltar que me assusta que o governador Luiz Henrique da Silveira, liderança histórica do antigo MDB, que lutou contra a ditadura, contra a opressão e contra a tirania, aqui na Assembléia Legislativa e no estado de Santa Catarina tenha se aliado com a direita que condenou em todo o seu passado político.

Testemunhamos o governador Luiz Henrique da Silveira numa aproximação com o PFL, do senador Jorge Bornhausen, que é o retrato vivo de tudo o que os anos da ditadura causaram ao nosso povo e cuja conduta é motivo de crítica de intelectuais de toda a América Latina.

Não podemos deixar que caia no esquecimento que o senador Jorge Bornhausen é também autor da infeliz definição de que as denúncias contra o PT eram uma forma para o Brasil se livrar 'dessa raça pelos próximos 30 anos'. Esse tema mereceu um documento de desagravo no Fórum Social Mundial, realizado na Venezuela, na semana passada. No protesto redigido pelos intelectuais latinos, entre os quais o uruguaio Eduardo Galeano, a declaração de Bornhausen é apontada como 'uma reação fascista que se tivesse ocorrido num país com justiça atuante ele seria condenado'. Os latinos entenderam que os acontecimentos orquestrados pela direita no Brasil são, na verdade, um espetáculo truculento de ataque ao governo, com repercussão em todo o hemisfério.

Diz o documento:

'A direita do Brasil não quer apenas derrotar o governo Lula, mas também toda a esquerda. E por sermos dessa esquerda, pertencemos, sim, a uma raça muito especial. A raça dos oprimidos, dos indígenas, das mulheres, dos negros e negras e de todas as categorias de seres humanos que têm confiança na sua força moral e na capacidade para construir um mundo onde o racismo, o fascismo e todas as formas de discriminação e opressão não serão mais do que resquícios de um passado sem espaço numa outra humanidade generosa que estamos tornando realidade.'

Portanto, sr. presidente, deixo aqui o registro da nossa surpresa com a postura imprópria do governador Luiz Henrique da Silveira ao criticar o governo Lula, ao mesmo tempo em que se alia, infelizmente, com a direita brasileira, negando os ideais do MDB e agora do PMDB." Ele, que condenava o senador Jorge Bornhausen e o PFL, a quem chamava de filhotes da ditadura, agora está bebendo no mesmo copo. É lamentável essa atuação do governador Luiz Henrique da Silveira.

Srs. deputados, já vim a esta tribuna elogiar e criticar. E não podia deixar passar esta oportunidade de ver uma entrevista de um governador que eu ajudei a ser conduzido ao poder, agora fazer esse tipo de aliança, vendendo tudo, vendendo todos e fazendo qualquer coisa para se garantir no poder.

Espero que isso não aconteça e que o governador Luiz Henrique se lembre da sua juventude, quando ele ia para as ruas defender o povo e ser contra a opressão. Agora ele se alia com a direita. Foram lamentáveis a postura do governador e a entrevista que ele concedeu esta semana.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado João Henrique Blasi, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, imagino que a deputada Ana Paula Lima deve ter visto uma outra entrevista, que não a que assisti. Talvez preocupada em ver o *Big Brother* e a entrevista ao mesmo tempo, tenha confundido uma coisa com a outra, porque essa não foi a entrevista que eu vi.

Por outro lado, deputado Manoel Mota, causa-me muita estranheza que a deputada Ana Paula Lima venha admoestar publicamente o governador, dizendo-o aliado à direita, quando o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, fez acordo político em coalizão com o ex-deputado Roberto Jefferson, a mais pura expressão da direita reacionária do país, quando se apoiou em Severino Cavalcanti. E a deputada Ana Paula Lima vem aqui criticar o governador Luiz Henrique porque teria ido a um almoço com o senador Jorge Bornhausen para expressar-lhe solidariedade a um desagravo em algo que foi feito ou porque fez um elogio público. Eu não consigo entender!

É preciso que haja coerência. Se o presidente Lula, na obtenção da sua maioria parlamentar, tivesse ficado restrito apenas à esquerda, a deputada Ana Paula Lima teria toda razão. Mas ele fez todas as concessões e aliou-se ao que há de mais reacionário - vide Roberto Jefferson, vide Severino Cavalcanti.

Mas eu gostaria, nesta oportunidade, deputado Manoel Mota, de voltar a um assunto que tem sido recorrente nos debates aqui na Assembleia Legislativa. E hoje, inclusive, o deputado Wilson Vieira, que já se retirou do plenário, também fez referência a isso. Refiro-me à propaganda governamental.

Os nossos adversários, deputado Manoel Mota, têm criticado de forma acerba a propaganda governamental, principalmente os simpatizantes do governo passado, que chegaram a recorrer à via judicial para coarctar uma campanha publicitária, alegando que nela estaria embutida promoção pessoal, veiculação de fatos não verossímeis e algo do gênero.

Mas quero fazer referência aqui, deputado Manoel Mota, a uma propaganda, para que possamos realmente verificar se há alguma coisa de errado. A propaganda diz o seguinte:

(Passa a ler)

"SC Ganha Mais - Secretaria da Saúde

Santa Catarina acaba de ganhar uma nova unidade de terapia intensiva, aqui, mais catarinenses são atendidos e se recuperam de cirurgias. Para isso, aumentou-se o número de leitos, inaugurou-se uma ala especial para cardíacos e todos os materiais são de última geração. O banco de leite da maternidade Darci Vargas também foi ampliado. Os hospitais do Oeste ganharam novos equipamentos.

[...]

E por toda Santa Catarina a saúde anda bem melhor. O Governo do Estado investe em todas as regiões, capacitando mais hospitais e profissionais. Com a descentralização dos serviços de saúde, a população passa a ter atendimento mais digno onde reside. E com saneamento financeiro do setor e outras ações, cujos os investimentos já passam de cem milhões de reais, estamos conseguindo uma grande recuperação, a da sua confiança no governo de Santa Catarina." [...][sic]

Esta é uma propaganda, a meu ver, normal, que expressa algo que um governo fez ou diz que fez. Ou não é assim?

Ocorre, deputado Manoel Mota, que essa propaganda que li aqui, cujos DVDs tenho em minhas mãos, não é do atual governo, deputado Manoel Mota. Essa propaganda é do governo passado e fala em descentralização que eles não praticaram porque foi um governo omissivo, distante, personificado apenas na figura do governador. Falava em descentralização, mas apregoava os seus feitos, como aqui está.

E são esses, que pregavam isso no passado, que querem impedir que no presente também se faça propaganda, como o governo federal faz. Aliás, adotou o *slogan* "Brasil, o País de Todos." E lá não há problema. Agora, aqui, porque se estilizou a bandeira, porque ela deixou de ser estática para ser tremulenta, não pode! Ai é propaganda pessoal, ai é modificar um símbolo do estado.

Mas não é só isto, deputado Manoel Mota. Tenho aqui uma outra propaganda extremamente interessante:

(Continua lendo)

"Inauguração SC 301

Você já viu como a Princesa está mais bonita, mais segura, mais jovem? Inauguração da 1ª etapa das obras de recuperação da SC 301, imperial estrada Serra Princesa Dona Francisca, nesta sexta-feira, dia 11 de janeiro, às 11h, no Mirante da Serra, no município de Joinville. Venha prestigiar a restauração desta jóia do sistema rodoviário catarinense." [sic]

Repete e aparece um *lettering*, com uma legenda no final: "Sexta-feira, dia 11 de janeiro, às 11h, no Mirante da Serra." [sic]

Propaganda também do governo Esperidião Amin. Pergunto a v.exa., deputado Manoel Mota, qual é o número do PP - Partido Progressista -, do governador Amin? V.Exa. poderia dizer-me?

O Sr. Deputado Manoel Mota - O tal 11!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Onze! Então, é uma mera coincidência que nesta propaganda que aqui está em DVD, veiculada de forma massiva, aquele governador, o imbatível até então, convidasse pela imprensa, pela televisão, pelo rádio e pelos jornais para a inauguração da SC-301 e por mera coincidência, deputado Manoel Mota, no dia 11 de janeiro, às 11h. Isto aqui, sim, inequivocamente, é deslavada propaganda política! Isto aqui, sim, é desvio de finalidade! Isto aqui, sim, é utilizar-se de recursos públicos para fazer proselitismo político, fazendo coincidir o dia e a hora da inauguração de uma obra pública, portanto erigida à custa de dinheiro público, com o número do partido daquele governador candidato à reeleição.

Pasme v.exa., deputado Manoel Mota, que os seguidores, os caudatários do governo passado, são os que agora erguem o seu dedo acusador contra o atual governo, querendo impedir que ele veicule as suas propagandas que não trazem nenhuma menção ao 15, diferentemente das menções aqui ao 11, que não têm nenhum *slogan* de caráter pessoal, mas que ainda assim os adversários de sempre, inconformados com a atual gestão de governo, querem impedir que se diga o que se está fazendo.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminentemente deputado João Henrique Blasi, líder do governo nesta Casa, v.exa. tem feito um trabalho brilhante. A verdade é que estavam no governo de salto alto, num pedestal, foram incompetentes, mentiram a vida toda para Santa Catarina e chegaram a um ponto em que o povo disse basta. E agora querem dar uma de santinhos, de puritanos. Quer dizer, fizeram o que fizeram quando estavam no governo e agora dizem que não pode, agora tudo é proibido! Então, são essas coisas que não dá para aceitar.

Quero ater-me um pouquinho às palavras da deputada Ana Paula Lima, que fez em seu pronunciamento algumas considerações ao governo.

Vejam o seguinte:

(Passa a ler)

"Lula acusa PT de atrapalhar sua candidatura

Em diálogo que manteve com um de seus assessores na noite desta terça-feira, Lula revelou-se 'decepcionado' com o seu partido. Mostrou-se irritado com a decisão da bancada do PT na Câmara de votar contra a queda do princípio da verticalização. Falou em timbre de desabafo. [...]

[...]Ante uma intervenção de dúvida de seu interlocutor, o presidente emendou: se não for de propósito, é por burrice, o que é pior..." [sic]

Quer dizer, chamou o PT de burro e disse que o PT atrapalha.

Então, é muito fácil ser oposição, mas chegar ao governo é muito diferente. Estou vendo aqui uma oposição totalmente diferente do governo que administra lá com a bancada do PP, com a direita junto. Portanto, não devem fazer essas críticas sem olhar para trás.

Outro dia, houve algumas críticas contra a deputada Ana Paula Lima. Disseram que aqueles que mostram os cheques devolvidos é porque querem fazer demagogia. E foram críticas de seus próprios colegas.

Então, não adianta pensarmos só no amanhã. Temos que olhar para trás, fazer uma reflexão e ver que estamos no caminho certo. Nós entendemos que Santa Catarina está no caminho correto, com um governo sério, moderno, com um governo da descentralização que está administrando para Santa Catarina. E a descentralização está trazendo obras e mais obras que expressam um sentimento do povo, como a serra do Faxinal, como a parceria para a construção do aeroporto, que vai ao encontro do sentimento do povo do sul de Santa Catarina. E são obras com a parceria dos governos estadual e federal.

Portanto, nós sabemos valorizar aquilo que recebemos. Mas a recíproca tem que ser verdadeira. A BR-101 já é uma realidade, pois o governo federal está realizando as obras. Agora, não podemos aceitar quando surgem críticas não verdadeiras e que não constroem nada!

Então, é preciso que haja uma grande reflexão para que saibam que o deputado que é oposição hoje, amanhã pode ser governo. Portanto, é preciso refletir para não cair num buraco vazio!

Era isto que eu queria colocar, deputado!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Como o deputado João Henrique Blasi mencionou o meu nome, quero dizer que não vim aqui para criticar o governador. Eu falei na entrevista e até em defesa dos deputados desta Casa, do PMDB. Pode haver um *Big Brother* aqui em Santa Catarina e alguém ir para o paredão. E pode até ser o governador do estado! Então, espero que os deputados do PMDB abram o olho, porque o governo do estado está sendo tomado pelo PFL!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Comunicamos que amanhã teremos audiências públicas na Casa, tanto no período da manhã como no da tarde.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para a próxima quinta-feira, às 9h, neste auditório, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATO

EXTRATO Nº 024/2006

REFERENTE: 14º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 029/2002-00, celebrado em 28/11/2002.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: ONDREPSB LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.

OBJETO: REAJUSTE do valor do Contrato, acolhendo a reivindicação da empresa, atualizando o Montante "B", face ao reajuste equivalente à variação do índice do IGP-M apurado no período de novembro de 2004 a novembro de 2005, na ordem de 1,96% (um vírgula noventa e seis por cento), com vigência a partir de 01.12.2005, sendo que o valor mensal do contrato passa de R\$ 405.606,08 (quatrocentos e cinco mil, seiscentos e seis reais e oito centavos) para R\$ 408.789,86 (quatrocentos e oito mil, setecentos e oitenta e nove reais e oitenta e seis centavos), a partir da competência dezembro/2005, resultando num acréscimo de 0,78%, sobre o valor mensal atual do contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93; Item 3.2 da Cláusula Terceira do Contrato Original; autorização administrativa.

Florianópolis, 01 de fevereiro de 2006.

Signatários:

Deputado Júlio Garcia - Contratante

Paulo Helder Bordin e Luiz Hermes Bordin- Contratada

*** X X X ***

OFÍCIO

Florianópolis, 01 de fevereiro de 2006.

Exmo. Sr.

Deputado Julio César Garcia

Presidente da Assembléia Legislativa

Nesta

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para comunicar a Vossa Excelência que estou reassumindo minhas funções nesta casa, conforme Ato de Exoneração nº 149 em anexo, para assegurar a bancada do PSDB participação na composição das Comissões Técnicas, conforme os artigos 29 e 30 do Regimento Interno. Comunico ainda, que abdicó de qualquer remuneração referente a Convocação Extraordinária.

Certo da atenção e providência de Vossa Excelência antecipo agradecimentos.

Atenciosamente,

Gilmar Knaesel

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 02/02/06

ATO nº 149 - de 31/01/2006

CONCEDER EXONERAÇÃO, com base na competência delegada pelo inciso VI do art. 71, da constituição estadual a **GILMAR KNAESEL**, matrícula nº 184923-9-02, do cargo de SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO E ESPORTE, a partir de 01/02/06.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

MARCOS VIEIRA

Secretario de Estado da Administração

*** X X X ***

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1320

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 46 da Constituição Estadual, solicito a Vossas Excelências a inclusão do Projeto de Lei nº 0443.2/2005, encaminhado pela mensagem nº 1108, de 27 de outubro de 2005, que "Altera a Lei nº 12.929, de 2004, que instituiu o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais", na pauta de matérias a serem apreciadas no decurso da convocação extraordinária.

Florianópolis, 31 de janeiro de 2006

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 02/02/06

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1321

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 46 da Constituição estadual, solicito a Vossas Excelências a inclusão na pauta de matérias a serem apreciadas no decurso da convocação extraordinária as seguintes proposições:

01 - **PEC/0005.3/2005**, de origem Parlamentar, que "Dá nova redação ao art. 45 da Constituição do Estado;

02 - **PL/0519.5/2005**, de origem Governamental, que "Autoriza a aquisição de imóveis no Município de Lages"; e

03 - **PAR/0002.3/2005**, de origem parlamentar, que "Dá nova redação ao art. 52, §5º, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Florianópolis, 31 de janeiro de 2006

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 02/02/06

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 157, de 02/02/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR na Coordenadoria do Orçamento Estadual, os servidores relacionados no quadro abaixo, a partir de 1º de fevereiro de 2006:

Nome	Matricula
João Maria Gomes da Silva	0457
Vera Lucia Pereira Pacheco	0658
Nivaldo Cesar Senes Santos	0962
Nelson Henrique Moreira	1001
Getulio Dorta de Melo	1461
Sérgio Francisco Ambrosi	1986
Miguel Donizete Baby	2021
Jorge Blank	2202

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 158, de 02/02/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR VALDECI JOSE DA SILVA, matrícula nº 4212, para exercer, em comissão o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/06 (Deputado Dionei W. da Silva).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 159, de 02/02/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR o servidor **HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, Advogado, para exercer a função de Pregoeiro, e o servidor **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, na função de Pregoeiro substituto no Pregão nº 003/2006, e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **MARILÉA MARCON CORRÊA**, matrícula nº 1369, **CECILIA BIESDORF THIESEN**, matrícula nº 0717, **NEROCI DA SILVA RAUPP**, matrícula nº 1756, **SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169 e **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, nos termos do Edital de Pregão nº 003/2006.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 160, de 02/02/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR a servidora, **CECILIA BIESDORF THIESEN**, matrícula nº 0717, Advogada, para exercer a função de Pregoeiro, e a servidora **MARILÉA MARCON CORRÊA**, matrícula nº 1369, na função de Pregoeiro substituto no Pregão nº 004/2006, e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, **HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, **NEROCI DA SILVA RAUPP**, matrícula nº 1756, **SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169 e **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, nos termos do Edital de Pregão nº 004/2006.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 161, de 02/02/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR a servidora **MARILÉA MARCON CORRÊA**, matrícula nº 1369, Advogada, para exercer a função de Pregoeiro, e a servidora **CECILIA BIESDORF THIESEN**, matrícula nº 0717, na função de Pregoeiro substituto no Pregão nº 005/2006, e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, **HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, **NEROCI DA SILVA RAUPP**, matrícula nº 1756, **SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169 e **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, nos termos do Edital de Pregão nº 005/2006.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 162, de 02/02/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: *de acordo com o art. 2º, I, II e III, do Ato nº 1.233/05,*

ANTECIPAR do mês de julho para março, as férias fixadas para o ano de 2006, da servidora **RENATA HAZAN NAPOLEÃO SALLES**, matrícula nº 4347, sendo que a fruição dar-se-á a contar a partir de 20/03/06.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, **RESOLVE:**

PORTARIA Nº 163, de 02/02/2006 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA DO CARMO LOPES DOS REIS**, matrícula nº 1888, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 25/01/2006.

PORTARIA Nº 164, de 02/02/2006 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **FERNANDO DE SOUZA**, matrícula nº 1236, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-C, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 05 (cinco) dias, a partir de 27/01/2006.

PORTARIA Nº 165, de 02/02/2006 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **MARIA SELMA DA SILVA FONSECA**, matrícula nº 0313, ocupante do cargo de Agente de Portaria, código PL/ATA-6-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 31/01/2006.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, **RESOLVE:**

PORTARIA Nº 166, de 02/02/2006 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **JACQUELINE S. THIAGO C. QUARESMA**, matrícula nº 1170, ocupante do cargo de Taquígrafo II, código PL/ATS-12-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 02/02/2006.

PORTARIA Nº 167, de 02/02/2006 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ARLINDA SANDRI**, matrícula nº 1133, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 02/02/2006.

PORTARIA Nº 168, de 02/02/2006 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **JOSÉ LÚCIO BUCHELE**, matrícula nº 0295, ocupante do cargo de Administrador, código PL/ATS-12-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 02/02/2006.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, **RESOLVE:**

PORTARIA Nº 169, de 02/02/2006 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ESTELA MARIS ROSSINI**, matrícula nº 1510, ocupante do cargo de Taquígrafo II, código PL/ATS-12-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 06/02/2006.

PORTARIA Nº 170, de 02/02/2006 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar) a **MARIA LÚCIA FEDELI GONÇALVES**, matrícula nº 2103, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, código PL/ATA-6-C, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 14 (quatorze) dias, a partir de 16/02/2006.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 010/06**GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 1316**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, no período de convocação extraordinária, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis".

Florianópolis, 31 de janeiro de 2006

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do estado

Lido no Expediente

Sessão de 02/02/06

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

EM nº 051/06 Florianópolis, 19 de janeiro de 2006

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a conceder, pelo prazo de dez anos, ao Centro Cultural Escrava Anastácia da Capela de Nossa Senhora do Mont Serrat - CCEA, o uso gratuito de uma área com oitocentos e cinquenta e sete metros e vinte decímetros quadrados, com benfeitorias, onde se encontrava instalado o Departamento de Polícia Técnica - DPTC, matriculado sob o nº 29.078 e 29.967, no cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca e cadastrado sob o nº 01040, na Secretaria de Estado da Administração.

A presente concessão de uso tem por objetivo propiciar um local para a entidade desenvolver projetos voltados à Capacitação Profissional de Adolescentes e Jovens em situação de vulnerabilidade social, residentes nas periferias da Grande Florianópolis.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,
Marcos Vieira

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 010/2006

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, pelo prazo de dez anos, ao Centro Cultural Escrava Anastácia da Capela de Nossa Senhora do Mont Serrat - CCEA, o uso gratuito de uma área com oitocentos e cinquenta e sete metros e vinte decímetros quadrados, com benfeitorias, localizada na rua Prefeito Tolentino de Carvalho, nº 1, matriculada sob os nºs 29.078 e 29.967 no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrada sob o nº 01040 na Secretaria de Estado da Administração.

§ 1º O prazo desta concessão de uso poderá ser prorrogado por acordo escrito entre as partes.

§ 2º A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo propiciar um local para a entidade desenvolver projetos voltados à Capacitação Profissional de Adolescentes e Jovens em situação de vulnerabilidade social residentes nas periferias da Grande Florianópolis.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu patrimônio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam a integrar o patrimônio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso, serão de responsabilidade da concessionária.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer a sala como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato de concessão de uso pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 011/06

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1317

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, no período de convocação extraordinária, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte, o projeto de lei que "Institui o programa SANTA CATARINA OLÍMPICO e estabelece outras providências".

Florianópolis, 31 de janeiro de 2006

Lido no Expediente

Sessão de 02/02/06

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO E ESPORTE.

GABINETE DO SECRETÁRIO

Os Jogos Abertos são o carro chefe do esporte catarinense. Criados em 1960 contribuíram para o desenvolvimento do esporte no Estado, provocando a municipalização da atividade esportiva, hoje disseminada por todo o Estado, favorecendo o surgimento de talentos esportivos e o fortalecimento das Federações esportivas de Santa Catarina.

Com esta estrutura consolidada nosso Estado é considerado um grande celeiro do esporte brasileiro e isto tem contribuído para a proliferação de atletas e de equipes de alto nível nas diversas modalidades esportivas que participam das ligas nacionais.

Esta política esportiva consolidada somados aos investimentos que estão sendo realizados na infraestrutura esportiva com recursos do Fundo Social rapidamente colocarão o Estado no circuito nacional dos grandes eventos esportivos.

A criação do FUNDESORTE possibilitou a grande revolução e o salto de qualidade para o esporte catarinense, descadeando a execução de projetos esportivos de base até o rendimento.

Carecemos ainda, e este é o ponto fraco do Estado, de uma política de financiamento, patrocínio, aos atletas e isto dificulta a atividade esportiva dos mesmos, que são forçados a abandonarem os treinamentos para se dedicar ao trabalho, fazendo com que diversos talentos sejam perdidos por falta de condições de financeiras e de subsistência.

A criação do programa "SANTA CATARINA OLÍMPICO", suspirá esta lacuna e certamente irá contribuir para fortalecer ainda mais a presença dos nossos atletas nas delegações olímpicas e paraolímpicas, que em sua última edição já foi superior a 12% do total de atletas.

O projeto prevê a utilização de recursos do FUNDOESPORTE em ação prevista na Lei de criação do mesmo, e isto garante que as finanças públicas do Estado não sejam oneradas.

De acordo com os critérios estabelecidos o número de atletas beneficiados, na faixa de 14 a 17 anos, será de 327 que receberão o valor equivalente a 1 salário mínimo nacional (R\$ 300,00) totalizando um desembolso mensal de R\$ 98.100,00.

Na faixa de atleta nacional, ou seja, aquele atleta catarinense e residente no Estado de Santa Catarina que integrar a Seleção Nacional bem como daqueles que vierem a integrar a delegação brasileira nos Jogos Olímpicos ou Pan-americanos.

Na melhor das hipóteses, considerando estes critérios, o número de atletas beneficiados não irá ultrapassar a casa dos 30 atletas.

Proponho que seja considerado uma margem de dispêndio com estes atletas, da ordem de R\$ 50.000,00 reais, o que daria um desembolso mensal de R\$ 150.000,00 totalizando um investimento anual da ordem de R\$ 1.800.000,00 reais.

Vale destacar que os recursos utilizados serão provenientes do FUNDOESPORTE através da captação de recursos por meio de Projetos apresentados pelas Federações Esportivas especificamente para este fim.

O retorno de imagem ao Estado e ao Governo certamente será muito superior ao investimento realizado, uma vez que está prevista neste projeto, a contrapartida do Atleta em ceder gratuitamente a sua imagem para ações do Estado.

Diícil de quantificar em valores uma imagem de um atleta como Guga Kurtem, XUXA, Ana Mozer, Renan Dalzoto, Giovane, Adria dos Santos, etc, a seleção catarinense ou uma equipe de nosso estado, ostentando a marca de Santa Catarina em seus uniformes disputando a final de uma grande competição esportiva. Este será o retorno para nosso Estado, além de contribuir para criar uma imagem positiva, jovial identificando a qualidade de vida que Santa Catarina propicia a seus habitantes.

Diante de tantos argumentos favoráveis não podem existir objeções à aprovação de matéria de tamanha relevância.

A elevada consideração e, se for o caso, aprovação de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

Secretário de Estado da Cultura, Turismo e Esporte

PROJETO DE LEI Nº 0011/2006

Institui o programa SANTA CATARINA OLÍMPICO e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Santa Catarina Olímpico, destinado à concessão de Bolsa-Atleta aos praticantes de esportes de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas vinculadas ao Comitê Olímpico Brasileiro - COB e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Art. 2º Atletas de reconhecido destaque, de modalidades não-olímpicas ou não-paraolímpicas, também poderão pleitear a concessão da Bolsa-Atleta nos níveis estadual, nacional ou internacional, mediante indicação das entidades estaduais de administração esportiva, referendada por histórico de resultados e situação nos rankings estadual, nacional ou internacional da respectiva modalidade.

Art. 3º As indicações previstas nos arts. 1º e 2º serão submetidas ao Conselho Estadual de Desportos - CED, para que sejam aprovadas, observadas as disposições da Política Estadual de Esporte, as disponibilidades financeiras e as determinações estabelecidas no regulamento do Programa Santa Catarina Olímpico.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, ficam criadas as seguintes modalidades de benefícios:

I - Bolsa-Atleta Estadual: no valor de um salário mínimo nacional, destinada aos atletas que se encontram na faixa etária entre 14 e 17 anos e que tenham participado com destaque das competições promovidas pelo sistema esportivo catarinense;

II - Bolsa-Atleta Nacional: no valor de três salários mínimos nacionais, destinada aos atletas que integrarem a seleção nacional da modalidade oficializada pela entidade nacional de administração esportiva; e

III - Bolsa-Atleta Internacional: no valor de oito salários mínimos nacionais, destinada aos atletas que integram a delegação brasileira em campeonatos mundiais oficiais organizados pelas entidades internacionais de administração do esporte da respectiva modalidade e aqueles que participem ou tenham participado dos Jogos Pan-americanos, Parapan-americanos, Olímpicos e Paraolímpicos.

Art. 5º A concessão da Bolsa-Atleta não gera qualquer vínculo entre os atletas beneficiados e as Federações e a Administração Pública Estadual.

Art. 6º O atleta beneficiado com a bolsa-atleta oferecerá, como contra partida, a permissão de uso de sua imagem em mensagens e anúncios oficiais do Estado, bem como usará a marca oficial do Estado/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte/FESPORTE em seus uniformes e nos demais materiais de divulgação e marketing.

Art. 13. As despesas decorrentes da concessão da Bolsa-Atleta correrão à conta dos recursos orçamentários do FUNDESPORTE.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 012/06

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1318

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, no período de convocação extraordinária, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o projeto de lei que "Autoriza ao Poder executivo a utilizar-se do instituto da permissão para delegar serviços públicos na área de trânsito e estabelece outras providências".

Florianópolis, 31 de janeiro de 2006

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 02/02/06

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 328/GABS/SSP Florianópolis, 17 de janeiro de 2006.

Senhor Governador,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a delegar serviços públicos na área de trânsito no Estado de Santa Catarina.

A **Constituição Federal** possibilita a delegação do serviço público em seu art. 175, definido que o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o carácter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão, os direitos dos usuários, política tarifária e a obrigação de manter serviço adequado.

A lei federal que regulamenta o art. 175 da CF é a de nº 8.987/95. É, pois, a norma geral que normatiza a delegação de serviços públicos.

Essa lei define, em seu art. 1º, parágrafo único, que os Estados deverão adaptar a sua legislação as suas disposições normativas.

No art. 42, § 2º, que "as concessões em carácter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado. Inclusive por força de legislação anterior, permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, **prazo esse que não será inferior a 24 (vinte e quatro) meses.**

A estipulação de prazo visa a possibilitar ao Poder Público, tempo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que substituirão aquelas em funcionamento, mas também para permitir que as empresas e os profissionais em plena atividade não tenham interrompido de forma brusca as suas atividades, tendo em vista as implicações econômicas e sociais que geraria medida nesse sentido.

A Lei Estadual nº 12.291/2002, autoriza o Estado a delegar os serviços públicos de trânsito, sem cuidar de observar os dispositivos da lei federal concernente ao prazo para a alteração das situações já consolidadas.

Nota-se também que a mencionada norma já sofreu algumas alterações para possibilitar a inclusão de novos serviços, mas mesmo assim, ainda não contempla todos os serviços públicos de trânsito, passíveis de delegação.

São essas, pois, as justificativas para a apresentação do presente Projeto de Lei.

Respeitosamente,

Deputado **Ronaldo José Benedet**

Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

PROJETO DE LEI Nº 012/2006

Autoriza ao Poder Executivo a utilizar-se do instituto da permissão para delegar serviços públicos na área de trânsito e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder executivo autorizado a delegar, em âmbito estadual, a execução dos seguintes serviços públicos:

I - exames de aptidão física, mental e psicológica para o trânsito;

II - Controladoria Regional de Trânsito;

III - formação de condutores de veículos automotores;

IV - registro do contrato da propriedade fiduciária de veículos;

V - lacração de placas de veículos automotores;

VI - vistoria de veículos para fins licenciamento; e

VII - fabricação de placas de veículos automotores.

§ 1º Os serviços previstos nos incisos I a VI deste artigo serão delegados sob o regime da permissão, formalizados mediante contrato, nos termos do art. 137, § 2º, da Constituição Estadual, observados os termos desta Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação.

§ 2º O serviço previsto no inciso VII, por tratar-se de atividade de natureza privada, será delegado sob o regime da autorização, nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

§ 3º O prazo das permissões de que trata este artigo será de quinze anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º A delegação dos serviços públicos previstos nesta Lei será precedida de planilha de custos, destinada a especificar as tarifas e a quantidade de prestadores para um ou mais Municípios.

§ 1º A quantidade de prestadores de serviços para um ou mais Municípios será especificada no Decreto Regulamentador e anotada no edital de licitação e nos contratos.

§ 2º O Regulamento desta Lei deverá prever mecanismos de revisão das tarifas, destinados à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

§ 3º A delegação poderá ser destinada ao atendimento da demanda de um ou mais municípios, suficientes para suprir a viabilidade econômica, observadas as especificações contidas na planilha de custos.

§ 4º A planilha de custos será elaborada por órgãos técnicos da estrutura administrativa do Poder Executivo ou por instituição idônea contratada para tal fim, respeitadas as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais alterações.

Art. 3º A delegação de serviços público prevista nos incisos I, II, III, V e VI do art. 1º desta Lei, outorgadas anteriormente à entrada em vigor da Lei nº 12.291, de 21 de junho de 2002, permanecerão válidas pelo prazo de vinte e quatro meses a partir da entrada em vigor desta Lei, período em que deverão ser realizados os levantamentos e as avaliações indispensáveis à organização das licitações os quais precederão a outorga das permissões que as substituirão.

Art. 4º Decreto do Chefe do Poder Executivo disporá sobre o regulamento desta Lei e o Órgão Executivo de Trânsito do Estado expedirá portarias disciplinando os procedimentos necessários ao cumprimento de suas disposições.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as leis nºs 12.291, de 21 de junho de 2002, 12.670, de 15 de outubro de 2003, e 13.453, de 25 de julho de 2005.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 023/06****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1319**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, no período de convocação extraordinária, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o projeto de lei que "Institui a Corregedoria do Departamento Estadual de Trânsito e estabelece outras providências".

Florianópolis, 31 de janeiro de 2006

Lido no Expediente

Sessão de 02/02/06

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO**EM nº 329/GABS/SSP**

Florianópolis, 17 de janeiro de 2006.

Senhor Governador,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar Projeto de Lei para criação da Corregedoria do Departamento Estadual de Trânsito, com o intuito de fiscalizar a atividade de seus credenciados.

Primeiramente, cabe ressaltar o disposto no artigo 50, § 2º, da Constituição Estadual:

"São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que dispõem sobre:

[...]

II - a criação de cargos e funções públicas na Administração Direta, autárquica e fundacional ou aumento de sua remuneração.

[...]

VI - a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública".

Vejamos também o que dispõe o artigo 48, parágrafo único, da mesmo Diploma Legal, in verbis:

"lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis".

O dispositivo constitucional acima mencionado permite concluir que a criação da Corregedoria depende de lei. E, no Estado de Santa Catarina, é a Lei Complementar nº 284/05 que estabelece modelo de gestão para a Administração Pública Estadual e dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo, que já criou a Corregedoria Geral da Segurança do Departamento Estadual de Trânsito. Então, neste caso, qualquer alteração na estrutura somente poderá ser realizada mediante lei complementar, visto que lei ordinária não pode modificá-la.

O Departamento Estadual de Trânsito é um órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública que, além das atribuições normais exercidas por seus funcionários, ainda delega serviços a particulares a fim de assegurar a eficiência de seus atos.

A criação da Corregedoria do Departamento Estadual de Trânsito é necessária para o aprimoramento da eficiência no serviço da Administração Pública e para acompanhar e fiscalizar a regularidade das atividades desenvolvidas pelos agentes credenciados.

Os credenciados, por sua vez, assumem papel fundamental na prestação dos serviços ao Departamento de Trânsito, possibilitando maior eficiência nas atividades prestadas. As entidades credenciadas são formadas por Centros de Formação de Condutores (responsáveis pela formação de condutores de veículos automotores); Despachantes (representam seus clientes nos processos de registro, licenciamento, transferência e outros relativos à regularização de veículos automotores junto aos órgãos de trânsito), Fabricantes de Placas (fabricam placas de identificação e seus complementos e, ainda, realizam o serviço de colocação de lacres), Médicos e Psicólogos (que atestam a saúde física e mental dos condutores de veículos).

Deste modo, diante de todas as atividades prestadas por essas pessoas físicas ou jurídicas e com o intuito de garantir ao usuário um serviço público efetivo, constitui-se dever do Departamento Estadual de Trânsito fiscalizar e coibir qualquer irregularidade na prestação de serviços de seu interesse com atuação imediata deste órgão executivo, através de procedimentos administrativos disciplinares.

A legislação que prevê a fiscalização dos entes credenciados, bem como a inspeção pelo órgão de trânsito de forma genérica, estão dispostas nos Decretos Estaduais 1636/2004, 1638/2004, 1635/2004, 1298/2003, os quais expressamente dispõem sobre as penalidades a serem aplicadas pela autoridade competente, e, principalmente, no art. 22 do Código de Trânsito Brasileiro.

Todavia, não há outra forma de o administrador atuar fiscalizando e punindo os agentes prestadores de serviços públicos que cometerem infrações, senão através de processo administrativo disciplinar, o qual tem por finalidade apurar as faltas cometidas e detectadas pela Administração Pública.

Vale a pena esclarecer que quando há denúncias de quaisquer irregularidades cometidas pelos credenciados, que exercem serviços públicos delegados, é instaurado um processo administrativo disciplinar, o qual está condicionado a vários procedimentos para que tenha validade, entre eles é a formação de uma comissão que irá apurar a falta cometida.

Salientamos que no ano que passou, foram instaurados pelo Órgão Correicional do Departamento Estadual de Trânsito, mais de 300 (trezentos) procedimentos administrativos para apurar as irregularidades dos credenciados, sendo que em muitos deles, os credenciados devidamente penalizados.

As atividades comandadas pela Corregedoria do Departamento Estadual de Trânsito não só viabilizará a apuração de irregularidades como também auxiliará na manutenção da moralidade e probidade administrativa dentro deste Órgão Público Executivo.

Ainda, atuação da Corregedoria, além do objetivo de orientação, fiscalização e correção das atividades desenvolvidas por pessoas físicas e jurídicas credenciadas pelo Órgão de Trânsito, as quais prestam serviços públicos, será extensiva aos procedimentos internos de habilitação de condutores, registro e licenciamento de veículos e outros assuntos que necessitem de intervenção correicional e de uma inspeção imediata.

Por derradeiro, com a criação da Corregedoria do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de SC, certamente as atividades duvidosas e violadoras da lei, consideravelmente, serão inibidas. E, em caso de práticas irregulares cometidas por credenciados, a punição dos responsáveis será mais bem apurada e aplicada com a sua presença.

Sendo assim, considerando que a criação da Corregedoria do DETRAN/SC trará consideráveis ganhos para a Administração Pública, onde os princípios constitucionais que a norteiam terão uma melhor aplicabilidade, com a especialização e agilidade na execução da prestação de serviços públicos aos administradores, bem como que há necessidade de permanente fiscalização dos serviços credenciados e uma atuação eficaz deste Órgão, a concepção da Corregedoria do Departamento Estadual de Trânsito é medida necessária e que impõe.

São essas, pois, as justificativas para a apresentação do presente Projeto de Lei.

Respeitosamente,

Deputado **Ronaldo José Benedit**

Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 023/2006

Institui a Corregedoria do Departamento Estadual de Trânsito e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituída a Corregedoria do Departamento Estadual de Trânsito, vinculada à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 2º Fica criado o cargo em comissão de Corregedor do Departamento Estadual de Trânsito, nível DGS/FTG-1, com lotação no Departamento Estadual de Trânsito da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, e incluído no Anexo VI-B da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, conforme o disposto no Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO**ANEXO VI-B****SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E****DEFESA DO CIDADÃO****(Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005)**

ÓRGÃO	Quantidade	Código	Nível
DENOMINAÇÃO DO CARGO			
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO			
Corregedor do Departamento Estadual de Trânsito	1	DGS/FTG	1

*** X X X ***